

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Jan. 2003 01/01/03 Nº 326 Preço 0,70

- **Natal**

Os associados, trabalhadores, dirigentes e famílias celebraram o Natal na ADFA

páginas 4 a 8

- **Prémio**

Instituto para o Desenvolvimento Social atribui Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2002

página 12

- **Mérito**

Empresas e cidadãos portadores de deficiência premiados pelo IEFP

página 13

- **Imprensa Militar**

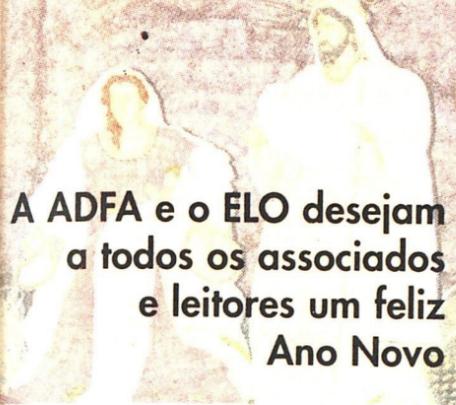
O ELO promoveu a ligação entre os órgãos militares de comunicação na Sede Nacional

página 8



PORTE PAGO

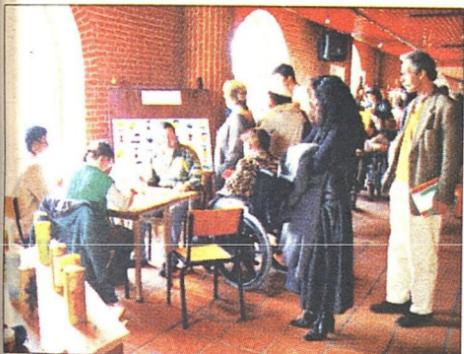
## Feliz Ano Novo



A ADFA e o ELO desejam a todos os associados e leitores um feliz Ano Novo

Aveiro

## Dia Internacional da Pessoa com Deficiência



página 13

## Conselho Nacional Plano de Actividades e Orçamento aprovados



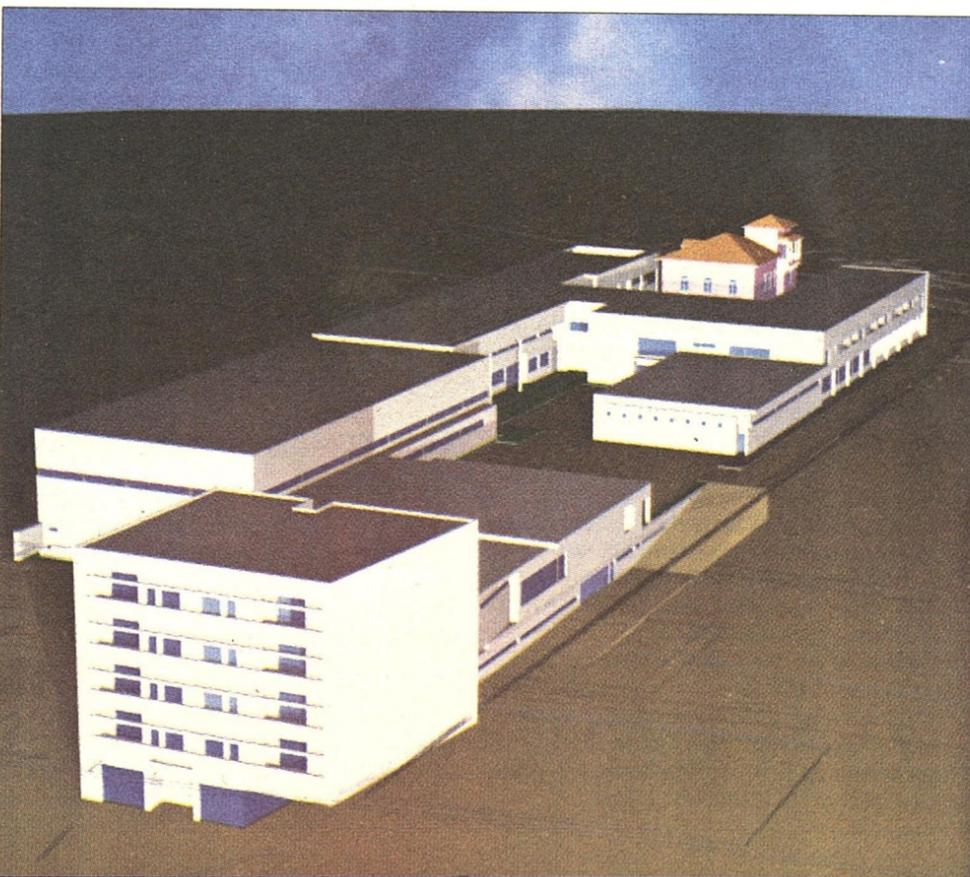
página 12

## 28.º Aniversário Delegação do Porto festeja com associados



páginas 4 e 5

## Guarda permanente ao Monumento aos Combatentes do Ultramar



Centro Social da ADFA no Porto

## Um projecto com futuro

A ADFA apresentou um projecto para a construção de um Centro Social no Porto aos serviços da Câmara Municipal da Invicta.

O projecto, adaptado aos novos desafios da modernidade, assume-se de dimensão nacional e tem como base a integração das pessoas portadoras de deficiência.

página 11

## Núcleo da ADFA em Leiria promove Colóquio Técnico sobre Stress de Guerra

página 9

# Governadora Civil de Lisboa visita ADFA

A Sede Nacional recebeu a visita da governadora civil de Lisboa, Teresa de Vasconcelos, no dia dez de Dezembro, que se encontrou com os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais (OSN).

A Direcção Nacional da ADFA congratulou-se com a visita da governadora civil e Patuleia Mendes, presidente da DN, realçou as "excelentes relações institucionais que a ADFA mantém com o Governo Civil de Lisboa".

Depois de uma breve reunião com os elementos dos OSN, a governadora assinou o Livro de Honra da Associação, onde escreveu que "é com enorme admiração e humildade que hoje - dia de greve geral - venho, pela primeira de mais vezes, visitar esta casa de amigos e verdadeiros combatentes".

Seguiu-se uma visita às instalações da Sede Nacional e da Delegação de Lisboa, tendo a



governadora civil cumprimentado todos os funcionários. O encontro culminou num

beberete no bar da ADFA. •

RV

## Breves

### Stress de Guerra em colóquio

O secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra (FMAC) convidou a ADFA a estudar a possibilidade da realização de um colóquio internacional sobre Stress de Guerra, em Portugal, sob os auspícios da FMAC, depois de "segundo a leitura da vossa publicação (ELO)", ter constatado que se organizam regularmente colóquios sobre esta matéria, em diversas áreas.

Marek Hagmajer, secretário-geral da FMAC, lembrou ainda o contacto com os representantes da ADFA, Patuleia Mendes e Santa Clara Gomes, em Nicosia, Chipre, na última reunião da FMAC, onde se abordou o trabalho da ADFA no que concerne ao PTSD e à utilidade de desenvolver actividades da FMAC sobre esta temática. •

### Clube Corvina celebra 39.º Aniversário

A equipa de pescadores da ADFA participou no concurso de pesca desportiva de mar organizado pelo Sporting Clube Corvina, nos silos da Trafaria, evento realizado no âmbito do 39º aniversário do Clube.

Nas 16 equipas concorrentes participaram 54 pescadores e as duas equipas da ADFA foram constituídas pelos pescadores Alberto Moreira, Américo Monteiro e Jorge Neto (equipa A) e por Fernando Sousa, José Joaquim e Paulo Neto (equipa B).

Na classificação geral por equipas, a equipa B das Praças da Armada venceu, com 21.500 pontos, seguida da equipa A da Casa Benfica Trafaria, com 18.400 pontos, e da equipa A de "Os Abençoados", com 14.340 pontos.

A ADFA conquistou os 10º (equipa B) e 11º (equipa A) lugares por equipas, com 5.140 pontos e 3.900 pontos, respectivamente.

Na classificação individual foi Galhadas, das Praças da Armada, que, com 9.700 pontos, alcançou a primeira posição. Jorge Silva, de "Os Abençoados", pescou até ao segundo lugar, com 8.600 pontos, e José Pinto, da Casa Benfica Trafaria, atingiu a terceira posição com 7.060 pontos.

O maior exemplar coube a Carlos Silva, das Praças da Armadas, com 1,9 quilogramas.

A organização do evento coube a Rui Dinis, do Clube Corvina, que também é associado da ADFA. A equipa da Associação foi presenteada com um galhardete do 39º aniversário do Clube e Alberto Moreira, da ADFA, lembrou que "é

assim, com muito sacrifício e dedicação, que se chega longe", referindo-se à qualidade da iniciativa do Clube Corvina. •

### Livro Verde sobre a Igualdade de Oportunidades

No dia 17 de Dezembro, a Liga Portuguesa de Deficientes Motores - Centro de Recursos Sociais (LPDM-CRS) apresentou o livro "Dos Direitos às Políticas: Um Livro Verde sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência a suas Famílias", resultado do Projecto Europeu "Green Paper", no Auditório do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

Desenvolvido ao longo dos últimos 18 meses, o projecto "tem por meta contribuir para a construção de uma Europa inclusiva através do aprofundamento do conhecimento e da reflexão sobre os diversos factores de exclusão social que pessoas com deficiência e suas famílias enfrentam", afirmou Paula Campos Pinto, directora geral da LPDM-CRS.

A apresentação do livro a nível europeu teve lugar em Bruxelas, no dia 28 de Maio, perante deputados do Parlamento Europeu e representantes da comunicação social.

O objectivo desta iniciativa é "promover uma disseminação alargada dos resultados como forma de contribuição para definir e implementar políticas sociais activas que satisfaçam as necessidades dos grupos-alvo em desvantagem", disse a dirigente. •

### Projecto Super Atleta

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) e o deputado José Costa e Oliveira organizaram um jantar de apresentação do Projecto Super Atleta Atenas 2004, no dia 28 de Novembro, na Quinta dos Cedros, no Linho, Sintra.

Esta iniciativa foi promovida "em solidariedade para com o movimento paralímpico português, tendo em vista a sua participação nos Jogos Paralímpicos de Atenas 2004" referiu a organização. No jantar foram recolhidos fundos, tendo participado representantes de diversas instituições.

O presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, presidiu ao jantar em que a ADFA também participou, representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes. •

### Associação Portuguesa de Neurofibromatose

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência acolheu a Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Neurofibromatose (APNF), no dia 30 de Novembro.

Com o propósito de eleger os seus corpos sociais para o biénio 2002-2004, a APNF também escolheu um logotipo, aprovado entre os seus associados.

Os trabalhos iniciaram-se de manhã e prolongaram-se até ao fim da tarde com actividades de rua, junto ao SNRIPD. "É muito importante a divulgação desta doença desconhecida em Portugal e que afecta muitas pessoas sem que estas o saibam", referiu a presidente da Direcção da APNF.

A Associação tem sede provisória na rua Marquesa d'Alorna, n.º 2, atelier, 2675-781 Ramada. •

### Direitos Humanos e Bioética

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) realizou uma conferência subordinada ao tema "Pessoas com Deficiência - Direitos Humanos e Bioética", no Centro de Reuniões do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 18 de Dezembro.

A conferência coube a Bill Albert, membro da Comissão da Genética Humana do Governo do Reino Unido, e o debate contou com as intervenções de representantes da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida, da APD, da Universidade do Porto, da Universidade Nova de Lisboa, da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres e do Movimento Democrático das Mulheres. •

### Comemoração da Independência de Portugal

A Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP) promoveu a cerimónia comemorativa da independência de Portugal, no dia um de Dezembro, dia da restauração, no Palácio da Independência, em Lisboa.

O evento teve início com o içar das bandeiras no Palácio da Independência e com uma homenagem aos heróis da Restauração, junto ao Monumento aos Restauradores.

O salão nobre do Palácio da Independência recebeu as entidades convidadas, que assinaram

## Agenda

### Reunião em Famalicão

Na primeira 3ª feira de Janeiro, dia sete, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

### Núcleo de Braga

No 1º Sábado de Janeiro, dia quatro, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

### Ceia dos Reis

No dia 11 de Janeiro, Sábado, a Delegação de Famalicão organiza a Ceia dos Reis, em S. Torcato. •

o Livro de Honra. No Largo de S. Domingos, em frente ao Palácio, foi feita uma evocação ao primeiro de Dezembro de 1640, com um quadro cénico "A Restauração é Hoje", de José Valle de Figueiredo, a que se seguiu um concerto por uma banda militar.

No Salão Nobre da igreja paroquial de S. Nicolau, fez-se uma evocação do atentado ao rei D. João IV, seguindo-se uma missa solene de acção de graças. •

### Núcleo da ADFA em Moçambique



No passado dia 26 de Outubro, tomou posse a nova Direcção do Núcleo da ADFA em Maputo, Moçambique, com mandato para o triénio 2002/2005.

Perante os representantes da Mesa da Assembleia Geral do Núcleo, Gabriel Mubanguiane, associado n.º 10.238, Valente Simbine, associado n.º 13.654, Salvador Filimone, associado n.º 5, Jonas Mate, associado n.º 12.201, Teodósio Mungoi, associado n.º 209, e Júlio Conceição, associado n.º 158, tomaram posse, respectivamente como presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro.

A Assembleia Geral Eleitoral do Núcleo realizou-se no dia 29 de Junho deste ano. •

RV

### Novos Associados

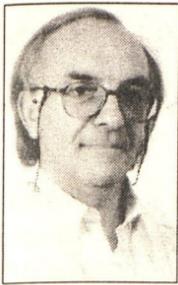
Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Amândio da Costa Rodrigues
- António da Conceição Afonso
- António Gomes Branco
- António Valverde Pires
- Fernando José Sousa Meneses Monteiro
- Francisco da Trindade Lourenço
- Francisco José Batista Damasio
- Isidro Dias dos Santos
- João Fangaia Henriques Sotana
- João José de Jesus Serigado
- Joaquim Dias Roque
- José Farinha Antunes
- José Joaquim de Jesus Silva
- José Romeu Vaz Correia
- Maria Lidia Maia Ribeiro
- Maria Rodrigues Nogueira
- Mário Constantino Inácio
- Palmira de Jesus Fernandes da Silva



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vileas, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, António Carreira, Carlos Castanho, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, Jaime Ferreri, João Gonçalves, José Maia, Nicolau Rufino, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Aníques Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Acores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição. PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263. MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lq. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa. Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 8 700.

Grande Plano



Jaime Ferreri

# O que parece...

Das pequenas coisas que mexem com o pão, com os direitos, com o normal funcionamento da família, não custa depois passar a outras. Outras que mexem com os sentimentos, com a honra, com a vida das pessoas. É o esquecer de que cada pessoa é por si importante... a globalização é imoral exactamente por anexas a pessoa ao simplista estado de coisa. O que faltará para que depressa se apelidem de não-patriotas os que se encorajam a lutar pelos próprios direitos?

Em cada instante ouvimos um chorrilho de intenções a misturar os valores da pessoa humana, o direito ao não-aborto, o direito à família nuclear, o direito disto, o direito daquilo... Duplicam-se os arautos, distribui-se a opinião, defendem-se os princípios mesmo que à vista ou a longo prazo sejam duvidosos os fins. Cada vez mais os direitos dos homens valem mais que os próprios homens. No entanto em nome dos direitos ditos humanos nunca tanto como hoje se ofenderam os homens que deles são causa primeira. Um direito humano defende-se com o negar de outro direito humano...

Do mais comezinho dos direitos logo buscamos, por razões de interesse (económico, político, ideológico), um outro que ao primeiro tira a virtude... Repare-se, a propósito, toda a lengalenga que estabelece o "sacratíssimo" direito de a família se juntar em casa, no fim do dia de trabalho, do dia de escola, partilhando à mesa os problemas e os sonhos de cada um. Aponta-se o jantar como o momento da reunião em que pais e filhos se entrelaçam em núcleo... Logo o "código" de trabalho estabelece como trabalho diurno o que se prolonga até às onze horas da noite. Entre o fim do trabalho e a morosa viagem de regresso os pais chegam a casa quando os filhos já dormem. Resta-lhes um beijo de carinho, ao de leve, para que não acordem. E o pior, o que resta, é que isto não é apenas política nem jogo de interesse ao serviço dos patrões... Isto é o mais vergonhoso dos farisaísmos tirado da falsa bíblia que lhes serve de cartilha. De cada vez que passam por cima do homem, do homem pobre, do homem humilde, do homem indefeso, falam de produtividade, da política de rigor, da verdade que lhes serve e vão vendendo como a nossa verdade. Os trabalhadores parecem os únicos culpados de neste país se multiplicarem os patrões e serem cada menos os empresários.

Das pequenas coisas que mexem com o pão, com os direitos, com o normal funcionamento da família, não custa depois passar a outras. Outras que mexem com os

sentimentos, com a honra, com a vida das pessoas. É o esquecer de que cada pessoa é por si importante... a globalização é imoral exactamente por anexas a pessoa ao simplista estado de coisa. O que faltará para que depressa se apelidem de não-patriotas os que se encorajam a lutar pelos próprios direitos?

Se saímos do país, da Europa, o mundo ainda nos parece mais confuso. Argumentos dispares chegam-nos via comunicação social. São os senhores do mundo, guardiães da sua vontade, a fazer com que todos a ela se submetam. São os outros, os Bin Ladens do século XXI, a tentar provar que a força e o terrorismo suplantam o valor da palavra, da eficiência do diálogo. Triste sina a dos que com a morte tentam construir a vida...

É a falta de respeito global traduzida nos "Prestiges" que poluem os mares e o pão de quem ao mar dedicou a vida, é a impunidade dos petroleiros que se aproveitam dum derrame badalado para na passagem lavarem os tanques e atingir as praias e costas de quem pelo turismo e pela pesca tenta sobreviver... A armada espanhola não acautelou a Galiza, não teve barcos para resolver o problema. Mas é notícia de imprensa no mundo ao apresar no mar arábico um cargueiro pirata, com tripulação pirata e com carga "pirata". Mísseis SKUD escondidos entre centenas de sacos de cimento e que, pela reclamação feita, se



destinavam ao Iémen.

É por isso que a guerra parece caminhar, como que a correr, ao nosso encontro, cruzando a arrogância dos "meninos do Tio Sam" com o fundamentalismo iraquiano de Saddam Hussein ou a sobrevivência de Israel com os Filisteus do século vinte e um deixando a Arafat o papel de gigante a que as imensas fundas de David parecem não tombar.

Todos se reclamam de Davids, de protectores, de enviados do Senhor. Neste século não precisamos de profetas... Precisamos de gente de boa vontade que nos traga a verdade como o fez Mahatma Gandhi em meados do século vinte. " Não existe um caminho para a paz; a paz é o caminho." •

Editorial

# Honrar os mortos, cuidar dos vivos



José Diniz

Senhor Ministro da Defesa Nacional presidiu, há dias, à cerimónia militar que assinalou a colocação de uma Guarda de Honra permanente junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, erigido na zona ribeirinha de Belém, em Lisboa. Era uma parte do que o Estado se comprometeu a cumprir para honrar os últimos combatentes do Império. A primeira foi a construção do monumento, a segunda foi a colocação das placas com os nomes dos mortos no último conflito ultramarino.

Ficou, assim, mais dignificado este espaço, sendo a presença militar indutora de recolhimento e de maior respeito para quem pisa aquelas lajes. O olhar atento daqueles dois soldados ali postados, faz sentir com maior intensidade a presença dos quase dez mil militares cujos nomes cobrem a muralha que serve de fundo àquele triângulo monumental.

Embora com muitos anos de atraso, vai-se honrando os mortos e preservando a memória do esforço militar português, fazendo jus àquela afirmação de Mouzinho de Albuquerque de que Portugal é "obra de Soldados".

Aqueles jovens militares que, a partir de agora, passarão a fazer, ali, os seus "quartos de sentinela" não acharão muito cómodo permanecer umas horas ao calor, à chuva ou ao frio. Que estes sejam os únicos males que lhes aconteçam na sua vida de militares e que o simbolismo da sua presença naquele local de evocação de guerras antigas seja dissuasor de novos conflitos em que, porventura, eles ou outros Portugueses se poderão ver envolvidos.

Que a presença desta Guarda de Honra ao Monumento aos Combatentes do Ultramar sirva também de alerta permanente para os nossos governantes e para os cidadãos em geral de que ainda falta fazer muito pela dignificação das testemunhas vivas das últimas campanhas africanas: as centenas de milhares de Portugueses que carregam consigo a memória desses anos amargos e, de entre estes, os milhares que sofrem de mutilações físicas e psicológicas. Todos esperam que o Estado retribua um pouco daquilo que eles deram, por forma a que cumpram os últimos anos da sua vida com honra e dignidade.

Aqueles que, nos anos sessenta e setenta do Séc. XX, seguiram, generosamente, o apelo da Pátria, não podem, agora, ver adiados e esquecidos os seus apelos. De contrário, a erecção de símbolos evocativos e incentivadores do esforço de defesa nacional, bem como o cerimonial que os acompanham correm o risco de se transformarem em rituais sem sentido. •

Episódios



António Carreiro

# Momento Traumático

Na penumbra do lusco fusco do baú empoeirado das recordações, dou-me conta que os episódios da guerra que me acodem à memória, inquietando a postura tranquila de adormecimento, recostado a olhar o horizonte indefinido, em momento de mágoas contemplativas, não são de cenas brutais de intensa acção e combate nem do choque dos feridos, do sangue e dos gritos.

Perplexamente para mim, sobem ao presente, revividas aqui e ali, as ansiedades

angustiantes de momentos de terrível espera; o sentimento arripiante da perspectiva do perigo indiscritível do que fora, se não tivesse sido de outro modo. É como se ouvir a granada a sair do morteiro do inimigo, mal localizado no meio da selva, aguardar um século de um segundo ou dois para lhe prescrutar o silvo, e uma eternidade para o alívio de saber onde vai explodir, fosse um sofrimento mais cruel e atroz do que as horrendas consequências da tão enreigada arte da guerra, bem praticada em toda a selva.

Ao contrário do que um juízo imediato faz supor, o que aparentemente não provocou estragos palpáveis, arrasta-se sorratamente, perseguindo-nos com a visão do maior horror do previsível acontecimento... Que não chegou a acontecer!

Um desses episódios, passou-se no regresso de uma coluna de Nambude para Mocimboa da Praia. A companhia do aquartelamento apançou-nos que o inimigo, nos primeiros oito quilómetros não colocava minas e que a picada permitia facilmente detectar quaisquer mexidas no terreno, pois as marcas dos rodados, em terreno arenoso, deixavam perceber onde e se houvera alterações, indiciadoras da acção do inimigo.

Para avançarmos mais rapidamente, resolvemos aligeirar a detecção de minas, nesse primeiro troço de picada, até chegar ao Rio Bandázio.

Suprimimos as picas, e em cada sulco de rodado apenas seguiam dois homens: um com o detector e um graduado que, a qualquer sinal suspeito, investigava e mandava seguir se nada de preocupante se manifestasse.

Mas andamos pouco. Aí pelo segundo quilómetro, quando seguia atrás do detector, o praça que o levava parou, agachou-se e começou a remexer no solo. Tentei ver mas como seguia atrás e não podia pôr os pés fora do rodado, não lobriguei nada.

- Óh meu alferes, parece que está aqui um parafuso!

- Eh pá, não mexas em nada!

Mas continuou a remexer.

- Pára! Pára! Não abanes!

O meu stress ia subindo, subindo...

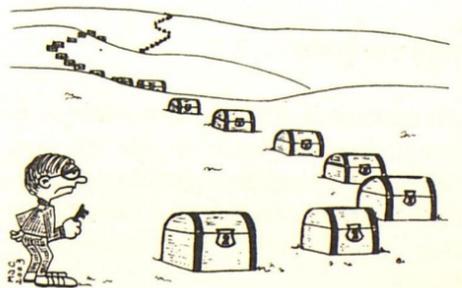
- Parece que tem um farrapo...

- Pára, porra!!

Parou.

- Óh Rodrigues?! Vem aqui ver isto.

O Rodrigues era o furriel de minas e armadilhas. Chegou rápido e gritou, em tom repreensivo, pela negligência que se passara:



- Isto é uma espoleta soviética de mina antipessoal!

E, irónico, como que presenteando-nos com a mais doce iguaria, acrescentou:

- Com uma mina anticarro por baixo...

Passado o sururu das mortes que não aconteceram - o soldado e eu próprio teríamos literalmente desaparecido - o Rodrigues fez explodir o conjunto.

Clareado o local, deparámo-nos com uma cratera de quase metro e meio de fundo e sem picada a toda a largura.

Passámos a corta mato.

Nas névoas das minhas lembranças, este é um dos momentos que frequentemente ainda me arrepiam. •

# Lembrados vinte e oito anos de acção associativa

DELEGACÃO DO PORTO



Almoço-convívio em Caminha, Viana do Castelo

## Arouca abre a comemoração

A comemoração do 28º Aniversário da fundação da Delegação do Porto iniciou-se com a realização, no primeiro de Dezembro, de um almoço de convívio, na localidade de Escariz, em Arouca.

O convívio teve a presença de quatro dezenas de participantes, entre associados e familiares dos concelhos de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga, tendo decorrido em ambiente de amizade e camaradagem.

O arouquense José Noronha não deixou de lembrar "A modinha de Alvarenga", se bem que desta vez teve a forte concorrência da esposa de um associado que, para além da voz afinada, não se ficou apenas pelo refrão como também cantou a letra completa da canção.

Os Órgãos Sociais da Delegação fizeram-se representar por Abel Fortuna, Carlos Correia, Martinho Nunes e Alberto Casais. Além de terem deixado uma mensagem de Natal, também formularam votos de um próspero Ano Novo e manifestaram o agradecimento aos associados Afonso Almeida e Durval Ferreira pela colaboração prestada na organização do convívio.

## Porto em festa

O ponto mais alto da comemoração teve lugar a sete de Dezembro, dia em que anualmente se assinala a data da primeira reunião de deficientes militares realizada no Porto, com o objectivo da criação da Delegação.

Logo pela manhã, os associados foram chegando pelas 11h00 assistiram à cerimónia, singela mas de grande significado, do içar das várias bandeiras, dando-se desse modo início à evocação da efeméride.

Já com a quase totalidade dos associados e familiares presentes, o presidente da Mesa da Assembleia Geral de Delegação, Henrique Rodrigues, deu as boas vindas e agradeceu a participação ao presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Jorge Maurício, aos presidente e segundo secretário da Direcção Nacional, Patuleia Mendes e Armando Alves, aos dirigentes das Delegações de Vila Nova de Famalicão, de Bragança, de Viseu e de Lisboa, todas representadas pelos respectivos presidentes da Direcção, que referiu ser uma honra para a Delegação do Porto.

Seguiu-se o almoço no refeitório completamente cheio onde, em ambiente de convívio, teve lugar o almoço excelentemente confeccionado e servido.

A hora ia já adiantada quando tiveram lugar as intervenções e o "partir do bolo de aniversário".

O presidente da Direcção da Delegação, Abel Fortuna, focou o carácter descentralizador da acção associativa e referiu que as prioridades para 2003 seriam "contribuir para o fechar da cicatriz" ainda a sangrar no seio dos deficientes militares, "numa clara alusão à inexistência da clarificação do conceito de Serviço de Campanha", e "desenvolver todos os esforços para a concretização do projecto do Centro Social da ADFA no Porto".

O presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, no decorrer da sua alocução, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, comparando-o na sua concepção e desenvolvimento ao Projecto que a Delegação tem em curso, tendo ainda deixado alguns alertas para a necessidade de união e coesão associativas, pois em seu entender, atitudes isoladas e fora do quadro associativo de alguns, podem prejudicar o interesse de todos.

As intervenções finais foram proferidas pelo presidente da Mesa de Assembleia Geral Nacional e pelo presidente da Assembleia Geral da Delegação, os quais apelaram também para a necessidade de, cada vez mais, os associados se unirem em torno dos seus Órgãos Sociais.

As Delegações de Évora, Coimbra e Ponta Delgada fizeram chegar à Direcção da Delegação do Porto mensagens de felicitação por mais este aniversário.

Nessa reunião, decidiram fundar a Delegação do Porto para o que nomearam uma comissão instaladora, a quem deram como principal tarefa, a de encontrar instalações para o seu funcionamento.

Ao longo da sua existência, a Delegação desenvolveu um trabalho meritório, de que se destaca a criação da Oficina de Próteses, mais tarde Centro Oficial de Meios Ortopédicos e hoje Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Actualmente, dispõe de serviços que apoiam os associados nos domínios administrativo, jurídico, social e médico, para além de proporcionar actividades de convívio, lazer e tempos livres.

A acção associativa não se limita à Sede da Delegação, tendo vindo a ser desenvolvida ao longo dos anos uma forte e intensa actividade descentralizadora, com reuniões e eventos em toda a área da sua acção.

Uma das suas principais orientações é inserir-se na comunidade local, como forma de promover a integração social.

Tem em mãos, como projecto de grande alcance para o futuro, a remodelação, ampliação e diversificação das suas instalações, o qual dará lugar ao "Centro Social da ADFA no Porto".

## Breve Historial

A data de sete de Dezembro de 1974 é lembrada pelos associados do Porto, como tendo sido o dia que pela primeira vez, cerca



Almoço de Aniversário em Santa Maria da Feira

de cem deficientes militares se reuniram no então Regimento de Infantaria do Porto, hoje Escola Prática de Transmissões, para debaterem os muitos problemas que na altura enfrentavam.

A Delegação deve a sua grandeza a todos os associados, dirigentes, trabalhadores e colaboradores que, durante os vinte e oito anos de existência, deram o seu melhor em prol dos objectivos e ideais da ADFA.

**Ortopedia**  
oderna...

Técnico Responsável:

**António Pardal**

- Próteses e Ortóteses
- Camas Hospitalares
- Cadeiras de Rodas Normais, Eléctricas e de Liga Leve
- Calçado Ortopédico Standard e por medida
- Meias Elásticas
- Cintas Ortopédicas e Palmilhas

Sede: Tv. da Glória, 28 - 1250 LISBOA (junto ao Metro dos Restauradores)  
Telef.: 213 428 361 / 213 420 177 / 213 430 889 • Fax: 213 430 889  
Filial: Rua Serpa Pinto, 123 - 7000-537 ÉVORA  
Telef./Fax: 266 742 040



*jam*

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal  
telefone: 23 459 8161 \* fax: 23 459 8162 \* e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt



Festa do 28.º Aniversário da Delegação do Porto

## Santa Maria da Feira comemora

É já tradição que o Núcleo de Santa Maria da Feira realize o seu convívio no dia oito de Dezembro, pelo que este ano, também o fizeram associando-se à comemoração do 28º Aniversário da Delegação.

A concentração de associados e familiares deu-se nas instalações do Núcleo, donde partiram para a Igreja Matriz de Fiães, onde foi celebrada uma missa em memória dos camaradas já falecidos.

De seguida, decorreu o almoço que, para além da centena de participantes, entre associados e familiares, teve ainda a presença do presidente da Câmara de Santa Maria da Feira e dos representantes dos Órgãos Sociais da Delegação.

Aquele autarca local, que foi muito saudado pelos presentes, proferiu uma alocução em que sublinhou o carinho que tinha pela ADFA, comprometeu-se a disponibilizar um espaço com mais dignidade que o actual para o funcionamento do Núcleo e mostrou-se disponível para apoiar as iniciativas da sua Direcção.

O presidente da Direcção da Delegação lembrou a memória e o contributo que o associado António Lopes tinha dado para a fundação do Núcleo em Santa Maria da Feira e referiu as principais prioridades para a acção associativa a desenvolver no próximo ano.

No final do almoço, ainda se viam na

lapela dos casacos de alguns associados, os cravos vermelhos, símbolos dos valores de Abril e do fim da Guerra Colonial, que o associado Joaquim Tavares faz questão de oferecer nestes convívios.



Convívio dos associados do Alto Tâmega, em Chaves

## Alto Tâmega lembra

Os associados e familiares dos concelhos do Alto Tâmega associaram-se aos festejos natalícios e do 28º Aniversário da Delegação, com a realização no dia 14 de Dezembro, em

Chaves, de um almoço de confraternização.

Os participantes que rondavam a meia centena, eram oriundos dos vários concelhos da região, conviveram durante a tarde e no final, deixaram bem presente a vontade de que o evento se repita no próximo ano

O associado Manuel Silva, a Comissão Instaladora do Núcleo, deu a conhecer a última decisão da Câmara Municipal de Chaves relacionada com o apoio às organizações de deficientes. Aquela Autarquia acaba de ceder um espaço para funcionamento das associações existentes no concelho e de nomear a ADFA para integrar o Gabinete de Saúde e Acessibilidade. Oportunamente, os associados da região irão ser informados sobre o novo local onde futuramente se realizarão as habituais reuniões.

## Confraternização em Caminha

Coube aos associados do concelho de Caminha: Abílio Pombal, Deolindo e Marrocos, a tarefa de organizar o convívio anual do Distrito de Viana do Castelo.

O convívio que teve lugar no dia 15 de

## ADFA colabora com o Hospital Militar do Porto

A Direcção da Delegação do Porto tem vindo a alertar a Direcção do Hospital Militar do Porto para a necessidade de tornar as suas actuais instalações mais acessíveis e com maior mobilidade.

Para tanto teve lugar no dia seis de Dezembro, uma reunião naquele Hospital, que contou com as presenças do comandante da Região Militar do Norte, dos director e subdirector e de uma equipa da ADFA constituída por Abel Fortuna, Leonel Pereira e Jerónimo Sousa.

Nesta Reunião, foi disponibilizada a colaboração da ADFA para as tarefas julgadas necessárias, designadamente para a realização de um levantamento de todos os obstáculos existentes, impeditivos de uma boa mobilidade, tarefa que o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia poderá vir a desenvolver pois dispõe de recursos e meios técnicos apropriados.

O General Cipriano Alves realçou a postura colaborante e construtiva da ADFA e deixou patente a disponibilidade da Região Militar do Norte para apoiar e encontrar soluções que contribuam para eliminar as barreiras ainda existentes. •

## Feira assinala abertura do Núcleo

A Direcção do Núcleo de Santa Maria da Feira vai assinalar o primeiro aniversário da sua abertura, com a realização no dia 20 de Janeiro de um convívio pelas 17h00, para o qual convida todos os associados e familiares.

Este convívio terá lugar no final do cortejo das "Fogaças" no qual a ADFA se fará representar com o seu estandarte. •

## Reunião de associados

A primeira reunião do ano com associados terá lugar no dia quatro de Janeiro, pelas 15h00 nas Instalações da Delegação. •

## Consultas no Hospital Militar do Porto

As consultas de Fisiatria para prescrição de ajudas técnicas no Hospital Militar do Porto, efectua-se nas seguintes datas: Janeiro - dias oito e 29; Fevereiro - dias 12 e 26; Março - dias 12 e 26; Abril - dias nove e 30; Maio - dias 14 e 28; Junho - dias 11 e 25; Julho - dia nove; Agosto - dia 27; Setembro - dias 10 e 24; Outubro - dias oito e 29; Novembro - dias 12 e 26 e Dezembro - dia 10. •

## Programa de viagem em 2003

A Delegação do Porto tem previsto para o ano de 2003, vários programas de viagem.

No dias 12 e 13 de Abril efectua-se um passeio à Ribeira Sacra e Garganta do Rio Sil (Orense, Espanha). Em regime de pensão completa o preço por pessoa é de 125,00 euros.

No Dia dez de Junho, a Delegação organiza um Cruzeiro no Rio Douro. O preço por pessoa é de 45,00 euros.

Para os dias 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 de Agosto, está a ser organizado um passeio aos Açores.

As inscrições podem ser efectuadas no serviço de atendimento da Delegação do Porto. •



Recepção de boas-vindas aos participantes no almoço de Aniversário do Porto

Dezembro, iniciou-se com a concentração dos participantes no centro da linda vila de Caminha. De seguida, dirigiram-se para a Igreja Matriz de Venade, onde foi celebrada uma missa em memória dos associados falecidos culminando o encontro com o tradicional almoço, que desta vez, teve como prato de referência o "cozido à portuguesa".

Os presentes cantaram no final, os parabéns pelo 28º Aniversário da fundação da Delegação e deixaram o desafio para que no próximo ano, sejam os associados de outro concelho a organizarem esta iniciativa, que já se tornou imprescindível na vida associativa.

## Outros Momentos

A comemoração de 28 anos de acção associativa prolonga-se pelo ano de 2003.

Os associados de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim festejam por altura da Páscoa, os dos concelhos de Paredes e Paços de Ferreira em Junho, tal como também nesse mês o fazem os associados que habitualmente reúnem na Vila da Lixa.

Esta forma descentralizada de assinalar serve para tornar cada vez mais forte e coesa a Delegação do Porto e a ADFA. •

Barreiras Arquitectónicas

# Decreto Lei 123/97 de 22 de Maio

Coordenado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação, quatro secretarias de Estado (Segurança Social, Ordenamento de Território Habitação e Transportes) estiveram no dia 14 de Novembro, no Solar dos Peixotos, em Viseu, numa reunião de trabalho, com os autarcas do distrito de Viseu, Guarda, Aveiro e associações convidadas.

O objectivo da reunião foi fazer proceder ao grau de implementação do DL 123/97, de

22 de Maio, sobre eliminação de barreiras arquitectónicas.

Foi uma iniciativa meritória de sensibilização virada para os autarcas para que estes ponham em prática a eliminação das barreiras arquitectónicas para que as questões da acessibilidade e da mobilidade deixem de ser impossíveis de concretizar em muitos locais por esse Portugal fora.

Falou-se de acessibilidade aos organismos públicos, da "guerra" movida aos passeios e

seu rebaixamento, sinais de trânsito, postes e sinais de trânsito nos passeios, passeadeiras, rampas de acesso, etc., e da cidadania para todos.

As dificuldades parecem ultrapassadas, Viseu é um exemplo e felizmente que há outras Câmaras no mesmo caminho. Foi dado um valioso contributo para que a eliminação das barreiras arquitectónicas venha a ser uma realidade em Portugal. •

JG

## Homenagem aos ex-combatentes

«A ADFA não tem estandarte, guião ou bandeira no Monumento em homenagem aos combatentes do Ultramar, em Belém». O dia oito de Dezembro, foi o dia em que o Ministro de Estado e da Defesa Nacional decidiu mandar colocar uma guarda permanente!... A ADFA não tem estandarte por culpa de quem?

A ADFA tem homens que trabalham, honram e dignificam todos os deficientes militares e não só alguns! A ADFA, até ao momento, tem tido dirigentes que trabalham, não fecham as portas, não são grevistas, não incentivam os trabalhadores a fazer greve, nem tão pouco andam por aí a propagandear,

a dar com a "língua nos dentes", a criticar por criticar seja quem for!

É triste assistirmos a estes cenários de crítica, do "bota abaixo", do quero, posso e mando, quando se esquecem que se são responsáveis para mandar fechar portas, serviços, etc., estão na Sede Nacional das quais têm a chave, têm todo o tempo para ter em presença um guião, estandarte ou a bandeira da ADFA. Mas, entenderam não o fazer só para passar à crítica, esquecendo-se que são mais responsáveis que todos os outros. E se bem repararem, o estandarte está lá!

É espantoso os intelectuais da treta, não

respeitarem os associados, dirigentes da nossa casa, em qualquer ponto do País, mas mais grave é ainda quando isso se verifica no Edifício Sede Nacional. É preciso fazer algo, e enquanto isso não acontece, fica o oito de Dezembro, dia da Imaculada Conceição, Ministra de Deus, que foi o escolhido pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional, reconhecer que houve uma guerra e em vigília permanente homenagear todos os ex-combatentes.

Aqui sim, cumpre-se a ADFA e Portugal.

JG

### Reunião da Direcção em São João da Pesqueira

Decorreu, numa sala da Câmara Municipal em S. João da Pesqueira, a reunião da Direcção da Delegação com os associados daquela região do País, correspondendo assim ao desejo destes.

A reunião ocorreu no dia 29 de Novembro e os temas tratados foram a assistência médica, que se acha dever ser gratuita nos centros de saúde e hospitais e as participações devem ser directas ao associado. A melhoria das pensões para as viúvas e pais de militares falecidos, a situação dos deficientes de serviço e serviço/campanha, com urgência, têm que ser actualizados, as injustiças do 134/97 de 31 de Maio que se defende ser igualitário para todos os

deficientes das Forças Armadas, as desigualdades de tratamento dos centros de decisão, como seja Lisboa, Porto e Coimbra, com o resto do País, no interior, nas zonas serranas, no meio rural, tudo deve ser equacionado de forma a que o deficiente militar venha a ter o acompanhamento digno em todo o Portugal.

Fica o reconhecimento ao senhor presidente da Câmara, bem como aos associados de São João da Pesqueira, por toda a colaboração disponibilizada à ADFA-Delegação de Viseu. •

### Ceia de Natal

Foi no dia seis de Dezembro, sexta feira à noite pela primeira vez se realizou a Ceia de Natal, para os associados, familiares e amigos.

Para os que puderam estar presentes foi

bom. Aos de longe salienta-se o esforço que tiveram que efectuar não só na deslocação como as dificuldades do escuro e frio da noite que se faz sentir por esta altura do ano.

Aos associados do concelho de Viseu e limitrofes, apela-se a uma maior participação para que a ADFA seja cada vez mais forte e unida na defesa dos nossos direitos. Não se acomodem e não deixem que outros decidam por vós. É importante a opinião de todos!

Aos associados que era habitual a sua presença e desta vez não lhes foi possível, vai um abraço da Direcção, manifestando o ensejo de os ter cá este Ano, com desejos de um Santo Natal e um Ano Novo repleto de felicidade.

Bem haja aos Órgãos Nacionais por terem optado estar connosco numa quadra tão bonita do ano, como é o Natal e o fim de ano. •

JG

## JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

*Fornecedores de:*

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

### Desconto 10% a todos os Associados (excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

## Benefícios para associados Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •

Convívio de Natal

# Festa de miúdos e graúdos



Todos os anos o Natal é o tempo da família, da solidariedade e da paz que todos queremos para nós e para toda a humanidade.

A Festa de Natal da Delegação de Lisboa iniciou-se com almoço fraterno entre os associados e suas famílias, seguindo-se um espectáculo de animação para as crianças, os pais e os avós que encheram o Salão de Festas do Lar Militar.

O representante da Direcção Nacional e os presidentes da Mesa da Assembleia Geral

da Delegação de Lisboa e da Direcção da Delegação de Lisboa, desejaram votos de um santo Natal e a esperança num futuro melhor simbolizado nas numerosas crianças presentes.

O dirigente Fernando Carvalho orientou o espectáculo que animou as crianças e os adultos, onde não faltaram os palhaços, o ilusionista e a música de África "que nos liga a todos, desde a nossa juventude", referiu.

Os brinquedos oferecidos às crianças e o

lanche no final da festa marcaram, segundo os dirigentes da Delegação de Lisboa, "com carinho, alegria e simplicidade mais um dos bons momentos da nossa vida associativa".

A Delegação agradeceu ao Departamento Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, ao Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, à Junta de Freguesia do Lumiar, ao INATEL e ao Centro Artes Formação do Bairro da Cruz Vermelha o apoio prestado. •

## A Delegação de Lisboa participou

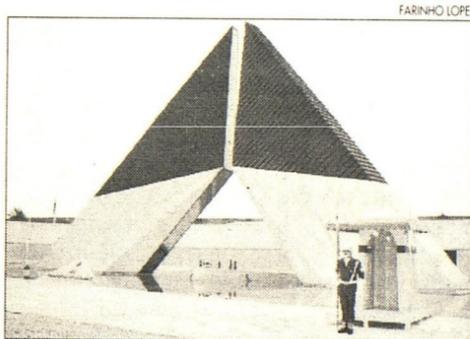
### Guarda de Honra permanente no Monumento aos Combatentes do Ultramar

A Direcção da Delegação de Lisboa participou na cerimónia de colocação de Guarda de Honra permanente no Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa, no dia oito de Dezembro.

No evento, presidido pelo ministro da Defesa Nacional, esteve, como convidado, o presidente da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes. A Delegação de Viseu também se fez representar com o presidente

da Direcção, João Gonçalves, e outros membros dos seus Órgãos Sociais.

A Direcção da Delegação de Lisboa informou o ELO de que "lamentava não ter informado atempadamente os associados da sua área geográfica, para poderem participar no evento" e acrescenta que "tal facto deveu-se a uma informação casual e tardia por parte da Direcção Nacional". •



## Actividade associativa da Delegação de Lisboa

### Passeio de fim-de-semana na Ria de Aveiro

A Delegação de Lisboa está a organizar um passeio de fim-de-semana, nos dias 15 e 16 de Março de 2003, à Ria de Aveiro, com jantar no Casino da Póvoa, animado com um espectáculo de música cubana. No dia seguinte, terá lugar uma visita e um almoço na Fábrica da Vista Alegre.

O preço por pessoa é de 150,00 euros (quarto duplo) e o suplemento para quarto "single" é de 20,00 euros, e inclui: autocarro de turismo, almoço em Aveiro, passeio de barco pela ria, jantar no Casino, baile com

orquestra do Casino, alojamento no Hotel da Póvoa, pequeno-almoço bufete, visitas conforme o programa, delegado da agência, taxas e impostos.

O pagamento pode ser efectuado em duas vezes, com uma entrada de 30 por cento (em caso de desistência, perde o retorno do sinal).

### Viagem de cinco dias a Andorra e Lourdes

A Delegação de Lisboa vai realizar uma excursão a Espanha/França, de 23 a 27 de Abril de 2003.

As passagens e visitas em Espanha incluem: Badajoz, Talavera de La Reina, Zaragoza, Aragão, e Andorra (com tarde livre para compras), S. Sebastian e Burgos. Em França o grupo vai visitar: St.<sup>a</sup> Giron; St.<sup>a</sup> Gaudens e Lourdes, com permanência de um dia e meio. A visita passa pela Gruta de Massabiell, pela Igreja St.<sup>a</sup> Bernardette, pela Basílica do Rosário. O grupo também vai participar na procissão de velas.

O preço por pessoa, em quarto duplo, é de 350,00 euros e o suplemento "single" é de 76,00 euros. As crianças até aos 11 anos

pagam 270,00 euros (desde que fiquem com dois adultos no quarto).

Estão incluídas as despesas com a estada em hotéis, refeições, autocarro de turismo, visitas conforme o programa, delegado da agência de viagens, passeio em Lourdes (com guia), seguro de viagem, taxas e impostos.

Os interessados podem efectuar o pagamento em três vezes, com entrada de 30 por cento (em caso de desistência, perde o retorno do sinal).

As marcações fazem-se pelo telefone 21 751 2600 e fax 21 751 2611. •

### Festa de Natal dos trabalhadores

Os trabalhadores da Delegação de Lisboa e da Direcção Nacional realizaram a sua festa de Natal no dia 20 de Dezembro, no restaurante da ADFA, em Lisboa. Um jantar, animação, troca de prendas e as intervenções dos presidentes da Direcção e da Mesa da Assembleia da Delegação de Lisboa e do presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, foram os pontos fortes da festa.

Os Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação de Lisboa agradeceram aos funcionários a sua colaboração, na pessoa da D. Engrácia, que, por

ser uma das funcionárias mais antigas, foi o alvo do reconhecimento dirigido a todos os colaboradores.

O responsável da Direcção da Delegação pela restauração, Fernando Carvalho, face à concretização dos objectivos alcançados nesta área, realçou que "de uma situação deficitária passou-se a uma situação positiva, sem ter havido aumento de custos para os associados", e elogiou todos os colaboradores da restauração, "porque sem eles esses objectivos nunca teriam tido tamanha relevância". •



## Mensagem do presidente da Delegação de Lisboa

O Natal é o símbolo da família e nós como somos uma grande família forjada na dor, na luta e na esperança exigimos ser considerados cidadãos de pleno direito.

A força do associativismo, em liberdade e em paz, deve criar laços afectivos que indelevelmente nos unam no presente e garantam a nossa fraternidade até ao final das nossas vidas.

A Delegação de Lisboa afirma-se cada vez mais como um espaço de humanidade, de solidariedade e de fraternidade, na qual todos possamos trocar as experiências e as incertezas do dia a dia, que, numa sociedade globalizante de competitividade e em permanente mudança, parece querer engolir-nos numa onda de "esquecimento e exclusão".

Todos juntos conseguiremos enfrentar o futuro. •

Francisco Janeiro

## Pesca Desportiva

Equipa de pescadores da Delegação de Lisboa participou no primeiro concurso de Pesca Desportiva de Mar organizado pelo Sport Lisboa e Benfica, na baía do Seixal, em 15 de Dezembro.

Os 17 clubes participantes trouxeram 97 pescadores ao concurso. Entre as 16 equipas formadas, as duas equipas da ADFA foram constituídas por: Alberto Moreira, Américo Monteiro e Jorge Neto (equipa A) e José Joaquim e Paulo Neto (equipa B) e conquistaram os 5º (A) e 16º (B) lugares, com 80 e 182 pontos, respectivamente.

Na classificação individual, o primeiro lugar foi conquistado por António José, com 11.160 pontos, seguido de António Pais, com 10.400 pontos, e de José Rodrigues, com 5.820 pontos. Os membros das equipas da ADFA ficaram classificados em 15º, Alberto Moreira, em 17º Américo Monteiro, em 46º, José Joaquim, em 48º, Jorge Neto, e em 68º, Paulo Neto.

A classificação "Senhoras" trouxe aos prémios Carla Carmo, das praças da Armada, e em "juniores", Francisco Lopes, do Dramático de Cascais. Em "Juvenis", foi Ricardo Carvalho, do Serra Branca, que venceu.

A equipa da Delegação de Lisboa congratulou-se por mais uma iniciativa "que nos aproxima cada vez mais". •

Coimbra

# Carta aberta à Comissão Administrativa da ADFA de Coimbra

Caros camaradas

Se existem ocasiões que justificam uma carta aberta, esta é no meu entender razão mais que suficiente.

Por vezes ainda que mal interpretado, determinados factos, gestos, atitudes, palavras e comportamentos têm tal dimensão que impõem tomada de posição que mesmo com o risco de ser tomado como hipócrita bajulador ou elogio fácil.

Mesmo que me sejam atirados adjectivos mais ou menos da cor e cheiro de quem já me habituei, deixo propositadamente de lado o patrocínio discreto e reservado da palavra.

A sua indignação e consequente aceitação para presidir à transitória Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra, marca indubitavelmente um momento de viragem. Determinante e capital, como veremos.

Com as suas maneiras de estar, com os seus próprios feitios e individualidades diversas saberão assim o acredito, conduzir em estreita colaboração com os Órgãos Nacionais os destinos da Delegação até ao próximo Acto Eleitoral.

No seu génio literário, Torga, curiosamente ligado a esta cidade, distinguia os homens "entre os que vivem a vida em ritos de convenção e os que a vivem em actos da convicção".

Ao oferecerem as suas disponibilidades,

caros camaradas, honraram os horizontes das convicções e engradeceram uma vez mais a ADFA. Num tempo, não só na nossa Associação como no País e no mundo e que nada pendura e tudo se dilui, em especial os valores e a força das convicções, é sempre bom saber ser-se grato por alguns exemplos, ainda que escassos.

Neste tempo de crise, caros camaradas, não posso deixar de registar.

A vossa preocupação que tiveram em envolver e responsabilizar associados muito ligados à luta da Associação, num sinal de respeito pela história e de reconhecimento, ao mesmo tempo incluindo a colaboração de associados de inquestionável mérito associativo, social, empresarial e profissional.

Correram e correm riscos, relativo a mentalidades que tiveram o seu tempo, não aproveitando, antes utilizando o presumível poder para exercer a maledicência, o ódio e a difamação. Coisas próprias de gente supostamente superior, complexos ceguinhos, jubilados oficiais superiores e mestres do ensino decadente. Outros que amanhã voltarão aos toques das trombetas, voltando ao protagonismo, alimentando suspeições com a genuína preocupação de denegrir e empatar o movimento, alimentando o ego deles próprios com eloquentes sermões e formais juízos de direito.

A vossa incessante procura de transparência e da verdade em relação à actual dimensão da situação e da gestão do futuro, de utilidade extrema para os que por bem vierem a ser eleitos.

A vossa seriedade em eximir-se de ajudar a apontar os caminhos na hora certa.

Hoje na maioria dos rostos dos associados de Coimbra sente-se a esperança, abre-se um sorriso e um ânimo redobrado. Assim é mais fácil combater as mazelas das nossas deficiências. A porta da Delegação está aberta. Entrem, entrem...

Projectamo-nos todos sem excepção na vossa expressão. Este é o momento de renovar o bilhete de identidade da Delegação, porquanto se torna imperiosa a necessidade de não deixar cair da filiação associativa, a honra, a honestidade, a dedicação e a cidadania.

Em suma. O que deve distinguir uns dos demais.

Esta é seguramente, uma das mais difíceis e cativantes tarefas da vossa vida associativa. Procurem o animo necessário para ultrapassar a tormenta no grito e nos direitos da massa associativa que vos conhece, e que em vós confia e se revê e vos seguirá exteriorizando a plenos pulmões: ADFA - ADFA - ADFA. •

José Maia

Coimbra

## Festa de Natal em Ançã

Contrariando os maus agoiros que alguns preconizavam e quicá, desejavam, eis a ADFA na zona centro, mostrando toda a pujança associativa.

Respondendo de forma clara os associados, mostrando que o que conta não são as pessoas mas o verdadeiro sentimento associativo.

Realizou-se em Ançã, localidade eixo rodoviário Coimbra-Cantanhede-Mira-Figueira, o almoço convívio de Natal, em 14 de Dezembro.

Mais de 200 pessoas, associados, familiares e amigos deram vida, cor e som a mais de seis horas de alegria e convívio.

Do Litoral ao interior, dos vales à montanha, deslocaram-se os associados, mostran-

do que a Delegação não vai morrer e que acreditam na actual Comissão Administrativa. Foi também a prova inequívoca que confiam na actual Direcção Nacional e nos Órgãos sociais eleitos. Presentes em representação dos Órgãos Nacionais, elementos do CFN e AGN respectivamente: Cotrim Viana e Jorge Maurício, que fizeram curtas intervenções, assim como o presidente da Comissão Administrativa, José Girão.

Num emocionado improviso, este associado realçou a resposta dos associados perante a situação instalada na Delegação, lembrando a fase transitória porque passa e que os serviços se manterão abertos, contando com os trabalhadores para a continuação de um bom trabalho em prol dos sócios.

Realizou-se um sorteio relativo a prémios em exposição no local, tendo saído os prémios aos seguintes números: 1º Televisor - 0110; 2º Bicicleta - 0169 e 3º Bicicleta - 0072. •

Faro

## Comemorações da quadra natalícia

A Delegação de Faro levou a efeito, no dia 14 de Dezembro, na Cooperativa Popular de Faro (Coopofa), a sua festa de Natal com associados, familiares e amigos da Delegação.

Foram 130 pessoas que participaram na festa, que contou com animação musical ao acordeão, com Maria Filomena Coelho.

Estiveram representados todos os Órgãos Sociais da Delegação de Faro e foram oferecidas prendas a todos os participantes.

No convívio, que segundo Nicolau Rufino, presidente da Direcção da Delegação de Faro, "foi um sucesso, com música por todos os cantos", foram servidos arroz de marisco, febras na brasa e leitão. •

Imprensa Militar na Sede Nacional

## ADFA promove encontro

No âmbito das comemorações do seu 28º aniversário, o ELO reuniu alguns representantes da Imprensa Militar, num almoço de trabalho na Sede, em Lisboa, no dia 26 de Novembro.

No encontro estiveram presentes os Órgãos Sociais Nacionais, a Direcção da Delegação de Lisboa, comparecendo os representantes de "O Voador", do "Jornal do Exército", da "Revista da Armada", da revista da Associação dos Oficiais na Reserva Naval, de "O Sargento", do boletim da Associação Nacional de Contratados do Exército, do boletim da Associação da Força Aérea Portuguesa e da "Revista Militar".

José Diniz, director do ELO, realçou a importância do reforço do diálogo entre instituições, através das suas publicações. Recordou também as nove edições dos colóquios da Imprensa Militar e a relevância que

estas publicações assumem interna e externamente.

O representante da mais antiga publicação do género - a Revista Militar - coronel António Pena, homenageou a ADFA e cumprimentou o ELO pela iniciativa, referindo que "o ELO deve ser a ligação e a Revista Militar está disponível para colaborar". Os representantes das outras publicações louvaram também a iniciativa e consideraram importante dar estes passos para desenvolver a Imprensa Militar e a própria Instituição Militar.

Patuleia Mendes, presidente da DN, disse que "a Imprensa Militar vai ser sempre a reserva moral do nosso País e não tem sido aproveitada para expandir o brilho das armas



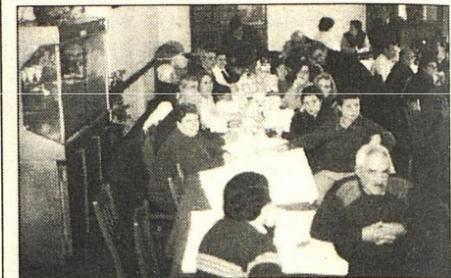
portuguesas na nossa sociedade".

O presidente concluiu com um apelo à união, para prosseguir no desenvolvimento de outras iniciativas no âmbito da Imprensa Militar, sensibilizando toda a Instituição Militar. Os representantes de "O Sargento" da Associação Nacional de Sargentos) e de "O Voador" (do Clube do Sargento da Força Aérea) propuseram-se a secundar a ADFA e o ELO no esforço para a sensibilização e organização de outros eventos. •

RV

Castelo Branco

## Natal é quando o Homem quiser



Com espírito natalício e em ambiente associativo, a Delegação de Castelo Branco, também festejou o seu Natal, no dia 14 de Dezembro, em Vila Velha de Ródão.

Houve prendas, como mandam algumas tradições, discursos, animação e até foi apresentado o Plano de Actividades, até Agosto de 2003.

Lamentamos, a não existência de verba para dinamização associativa, para fazermos mais e melhor. Tudo foi suportado pelos próprios convivas.

A Comissão Administrativa agradeceu a presença dos convidados e de todos os associados, desejando-lhes um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo.

Nas palavras do Presidente da D.N. nosso convidado, não encontramos a satisfação das últimas reivindicações legislativas. Se nos for permitido, exigimos persistência. Estamos impacientes, com tanta expectativa.

Também como nossa ilustre convidada, que nos honrou muito com a sua presença, foi a Digníssima Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, Dr.ª Maria do Carmo Sequeira. Apresentou cumprimentos, as boas vindas a este Concelho e o seu respeitoso reconhecimento do que os Deficientes das Forças Armadas deram à Nação Portuguesa. Fez também salientar o papel da mulher na vida dos nossos deficientes e todos os sofrimentos que a guerra colonial trouxe a homens e mulheres deste país.

Ainda não temos datas para todas as actividades que constam do nosso Plano, mas fazemos um apelo à mobilização de todos os associados, se possível a nível nacional. A seguir vão publicados, as nossas Actividades.

*Nota: Vamos sortear uma prenda surpresa, na Delegação de Castelo Branco, por quem acertar a que se refere a data de 7 de Março de 1975.*

*Escreva para: Delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - Rua Dr. Ruiivo Godinho, 2 - 6000-275- Castelo Branco. •*

A Comissão Administrativa  
João Mendes

## Plano de Actividades

No Plano de Actividades que a Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco apresentou para 2003, destacam-se o associativismo, o desporto, o lazer e o convívio.

No dia 11 de Janeiro terá lugar uma reunião de associados, para esclarecimentos sobre legislação e situação associativa. Vai realizar-se uma sessão de formação associativa, no dia 18 de Janeiro, sobre reivindicações legislativas (formação estatutária).

No dia 23 de Fevereiro, vai realizar-se um concurso de pesca organizado pela Delegação.

Em Março, a Delegação vai falar nas escolas sobre "A Guerra para fomentar a Paz".

No mês de Maio, a dinamização associativa estará patente na festa do reconhecimento.

A Delegação está a organizar uma excursão para o mês de Junho e uma patuscada na Sr.ª de Mércules vai animar o convívio associativo em Julho. Em Agosto terá lugar um campo de férias.

A Delegação aceita inscrições para quaisquer destas actividades. •

Colóquio Técnico sobre o Stress de Guerra

# "É importante chegar às pessoas"



A propósito da realização, no próximo dia 31 de Janeiro de 2003, de um Colóquio Técnico subordinado ao tema "O Caminho do Stress Pós-Traumático", organizado pelo Núcleo da ADFA em Leiria, o ELO falou com um dos técnicos, psicólogo clínico João Velloso, que, naquela estrutura associativa, acompanha alguns ex-combatentes.

Para João Velloso, que integra a organização do Colóquio, como o público-alvo desta iniciativa são técnicos de saúde e da área social, entre outros, o objectivo da iniciativa é "despertar as pessoas para que não só o que é estranho seja importante, pois as histórias dizem muito", fazendo uma crítica "aos últimos 30 anos de esquecimento face ao problema dos ex-combatentes e dos deficientes militares".

Com 32 anos de idade e com um ano ao serviço da ADFA como psicólogo clínico no Núcleo de Leiria, João Velloso considera, "como técnico e como homem", grave que, "na nossa sociedade, a autoridade e os governos tenham optado tanto tempo por esquecer as pessoas que passaram por situações muito perturbadoras, num período em que estavam na organização da sua personalidade, com 18 ou 20 anos".

Para o psicólogo, trata-se de uma geração "que levou os seus filhos a viver com esses fantasmas", homens que foram esquecidos". João Velloso refere que "a História do País não tem partes ocultas" e que "temos que a respeitar no seu todo e às pessoas também".

João Velloso refere que a equipa da ADFA em Leiria optou por construir uma "boa anamnese (história) de cada caso", com "um bom estudo biográfico da pessoa".

Do Colóquio onde vão estar médicos internistas, médicos de família e de Clínica Geral, dos Hospitais Centrais e Centros de Saúde locais, psiquiatras e psicólogos clínicos, enfermeiros e assistentes sociais, João Velloso espera que "se comece, de facto, a disponibilizar de forma concreta e real, a ajuda para os portadores desta patologia. Não sei se na Rede Nacional de Apoio, ou nos hospitais militares ou civis, ou através do MDN, o que interessa é que se comece a arranjar locais onde as pessoas possam compreender aquilo de que sofrem há mais de 20 anos".

Na linha do que já tem sido defendido pelos dirigentes da ADFA, João Velloso

considera "importante chegar às pessoas, consciencializar a sociedade para a especificidade da doença".

"Os ex-combatentes que padecem de stress de guerra sofreram calados, por isso devemos alertar os técnicos e a sociedade em geral", acrescenta.

Sobre a actividade do Núcleo da ADFA em Leiria, o psicólogo refere que "é extraordinariamente dinâmico". Há sempre casos novos, numa acção que funciona "boca-a-boca", através dos encontros de ex-combatentes. O Núcleo vai ao encontro das pessoas, lembra e realça que é "importante que este evento se realize fora dos grandes centros populacionais".

João Velloso revela ao ELO que "a emoção que ponho no meu trabalho como psicólogo é do sofrimento que vejo".

Carlos Castanho, à frente do Núcleo como presidente da Direcção, destaca o trabalho dos dois psicólogos e do psiquiatra ao serviço dos associados e dos ex-combatentes em Leiria.

O dirigente local destaca das intervenções previstas a da esposa de um ex-combatente, "que vai falar da adaptação desse grande deficiente ex-combatente à vida civil". Para Carlos Castanho "é necessário mostrar o quanto é difícil para as famílias que não possuem conhecimentos sobre a doença, a vida diária com estes ex-combatentes".

O presidente do Núcleo de Leiria realçou ainda que o Colóquio está a ser preparado há seis meses e que "esperamos que todos façam chegar o seu contributo para o debate".

Integram a Comissão de Honra do Colóquio o ministro da Defesa Nacional, o ministro da Saúde, o secretário de Estado da Defesa e dos Antigos Combatentes, o secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, o governador civil de Leiria, o presidente da Câmara Municipal de Leiria e o coordenador da Sub-Região de Saúde do Centro.

A Comissão Técnica é constituída pelo director da Escola de Enfermagem de Leiria, pelo presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, pelo coordenador do Curso de Psicologia Social e das Organizações e pelo director do Serviço de Psiquiatria do Hospital Militar Regional n.º 2.

## Programa definitivo

### 1.º Painel

09h00 - Recepção dos convidados e participantes

09h30 - Sessão de Abertura com o governador civil de Leiria, os presidentes da Câmara de Leiria e da Junta de Freguesia de Leiria, o coordenador da Sub-Região de Saúde do Centro, os presidentes da MAGN e da DN da ADFA, da Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra e da Direcção do Núcleo de Leiria.

10h10 - Início dos trabalhos

10h10 - "A preparação do homem para o teatro de campanha" - Coronel Jorge Maurício

10h30 - "Caracterização do ambiente vivido para adquirir a doença de Stress pós-traumático" - Patuleia Mendes

10h50 - pausa para café

11h20 - "O 1.º Socorro no teatro de campanha" - Dr. José Vale de Ovelha

11h40 - "O Acompanhamento Médico em Campanha" - Dr. José Pedrosa

12h00 - "A Integração do Ex-militar na Vida Civil" - Maria Odete Martins (esposa de ex-combatente)

12h20 - Debate (moderador: Dr. António Carreiro)

13h00 - Almoço

### 2.º Painel

14h30 - "A importância do acompanhamento da Assistência Social no tratamento dos afectados pelo Stress de Guerra" - Dr.ª Vera Mouta



15h00 - "Avaliações e Intervenções Terapêuticas" - Dr. Fernando Pereira e Dr.ª Teresa Carvalho

16h00 - Pausa para café

16h20 - "Não sei o que tenho... Estudo de Caso" - Dr. João Velloso

16h50 - Debate (moderador: Dr. António Carreiro)

17h30 - Conclusões e Sessão de Encerramento, com o ministro da Defesa Nacional, o ministro da Saúde o secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, o secretário de Estado adjunto do ministro da Saúde, o governador civil de Leiria, os presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Leiria, o secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, os presidentes da MAGN e da DN da ADFA. •

RV



**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS Núcleo de Leiria**  
Rua Tenente Valadim  
2410-190 LEIRIA  
244 823 725

Colóquio Técnico 31 de Janeiro 2003

O Caminho do Stress Pós-Traumático

**INSCRIÇÕES (Limitadas)**

**Até dia 10 de Janeiro 2003**

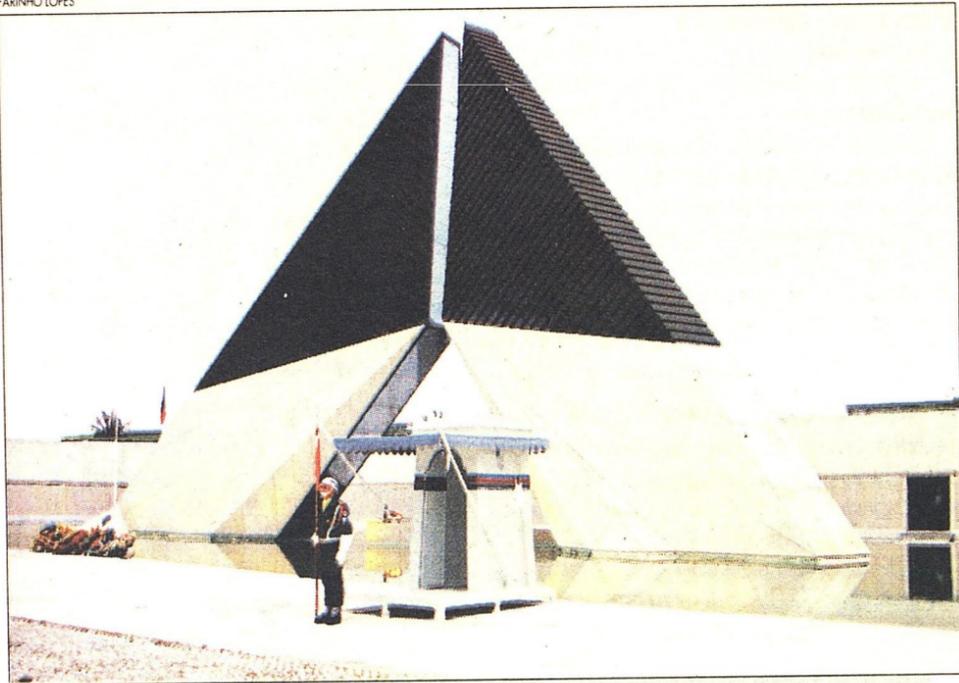
**Através de folha de inscrição própria a enviar à entidade organizadora ou através do email do secretariado:**

[coloquiotecnico\\_adfa@hotmail.com](mailto:coloquiotecnico_adfa@hotmail.com)

Ministro da Defesa preside à cerimónia

# Guarda permanente dignifica Monumento

FARINHO LOPES



O Monumento com guarda permanente

O ministro da Defesa Nacional, Paulo Portas, presidiu à cerimónia de colocação de guarda permanente ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, no dia oito de Dezembro, num evento em que estiveram presentes as mais altas individualidades e os representantes das associações de ex-combatentes. A ADFA foi convidada para a Tribuna de Honra, e o presidente da DN, Patuleia Mendes, cumprimentou o ministro no final da cerimónia.

A ADFA fez-se representar também pelos presidentes das delegações de Lisboa e Viseu, que se fizeram acompanhar de outros elementos dos Órgãos Sociais daquelas delegações.

O ministro da Defesa Nacional sublinhou "a importância simbólica deste acto" e lembrou que "a política de apoio aos antigos combatentes merece hoje consenso geral na sociedade portuguesa, sem mais querelas históricas".

Paulo Portas salientou a aquisição de meios informáticos que permitem maior capacidade de resposta à Lei n.º 9/2002. Relevou ainda o diálogo com as associações de ex-combatentes "que representam cidadãos que se sentiram durante demasiado tempo

esquecidos", acrescentando que "estamos a celebrar o velho princípio de saber cuidar dos vivos e honrar os mortos".

"Estamos a significar que os que hoje montam aqui guarda permanente são os continuadores dos que deram a sua vida pela Pátria", acrescentou, dizendo que "damos este

*O Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, foi dignificado com a colocação de uma guarda de honra permanente.*

*O ministro da Defesa realçou "a importância simbólica" do acto na continuação da política de apoio aos antigos combatentes.*

significado e importância ao Monumento, que queremos dignificado e respeitado pela sociedade portuguesa, pois há uma parte de Portugal que aqui está e não podemos senão curvar-nos perante esta parte de Portugal".

O presidente da DN, Patuleia Mendes, lembrou que "o Monumento foi construído e inaugurado debaixo de viva polémica, com a primeira grande manifestação pública do descontentamento dos antigos combatentes pela forma como se encontravam arredados do reconhecimento do seu sacrifício ao serviço das Forças Armadas Portuguesas".

Patuleia Mendes lembrou ainda que "só ao fim de alguns anos foi possível colocar as placas evocativas dos que tombaram em combate, numa cerimónia menos conturbada,

mas da qual a reivindicação não esteve arredada".

Para o dirigente da ADFA "foi dado mais um passo na dignificação da memória dos mortos e dos vivos, com um símbolo de respeito por parte da nação".

"A ADFA, no entanto, não pode deixar de exigir que também a legislação relativa aos deficientes militares, que ainda aguarda a luz da publicação, se transforme rapidamente em chama permanentemente ardente dos seus direitos", concluiu o presidente.

A colocação de guarda permanente ao Monumento, com duas sentinelas, implica a rotação dos militares dos três ramos nessas funções, tendo sido iniciada pelos militares da Polícia do Exército, no próprio dia oito de Dezembro.

O Hino Nacional foi tocado, na presença do ministro da Defesa Nacional, pela Banda do Exército.

Seguiu-se a colocação da guarda permanente, a homenagem aos militares mortos no Ultramar e a alocação do ministro da Defesa Nacional, tendo desfilado a Bandeira Nacional e as forças em parada, constituídas por uma companhia a três pelotões representativas dos três Ramos das Forças Armadas, depois da deposição de coroas de flores junto ao Monumento.

A chama acesa na base do Monumento a todos sensibilizou e, antes da cerimónia, muitos ex-combatentes procuraram os nomes dos camaradas de armas falecidos na Guerra Colonial, nas placas inauguradas pelo Presidente da República em 2000. •



O ministro da Defesa no momento da sua alocução

**GRUPO  
CEO'S (5PCEM)**

*Olimpicoclinicas, Olimpicoclinicas, Olimpicoclinicas*

*Olimpicoclinicas, Olimpicoclinicas, Olimpicoclinicas*

DIR. Serviço Mensal/CEO'S

**Clínicas Médicas "Amatus Lusitanus", Lda.**

**ACORDOS**

Sede  Filiais

1.º ADME  
2.º ADSE  
3.º ANJOS DA NOITE  
4.º CABLESA/DELPHI  
5.º CARES  
6.º CGD/CTT  
7.º CIMPOR  
8.º CRUZ VERMELHA  
9.º EDP/SÁVIDA  
10.º EMPRESAS CREDENCIADAS  
11.º EURO SAUDE

12.º EUROPA ASSISTANCE  
13.º MEDIS  
14.º MAFRE ASSISTANCE S.A.  
15.º M. JUSTIÇA/SS  
16.º MULTICARE/C. SEGUROS  
17.º PSP/SAD  
18.º REFER/FERNAVE  
19.º SAMS  
20.º SAMS QUADROS/SIB  
21.º SINTAP  
22.º WDA ALLIANZE

**UD/SMP**  
**(Urgências Dentárias e Serviço Médico Permanente)**

**Todos os dias Incluindo Sábados, Domingos e Feriados**

**APOIO DOMICILIÁRIO**

**Av. Carolina Michaëllies, 30 R/C B & C • 2795-049 LINDA-A-VELHA • Tel.: 21-414 69 90-Fax: 21-419 40 59-Telm.: 96-464 97 47 • OEIRAS**

# Um projecto com décadas de atraso

DELEGAÇÃO DO PORTO

*A ADFA apresentou um projecto para a construção de um Centro Social no Porto aos serviços da Câmara Municipal da Invicta.*

*O projecto, adaptado aos novos desafios da modernidade, assume-se de dimensão nacional e tem como base a integração das pessoas portadoras de deficiência.*

Os governos do Estado Novo prometeram criar um "Lar Militar" no Porto para reabilitar e acolher os jovens militares do norte que ao serviço da Pátria, na Guerra Colonial, ficaram com graves e pesadas deficiências. Porém, nunca o fizeram e o mesmo sucedeu com os governos que se lhe seguiram depois do "25 de Abril".

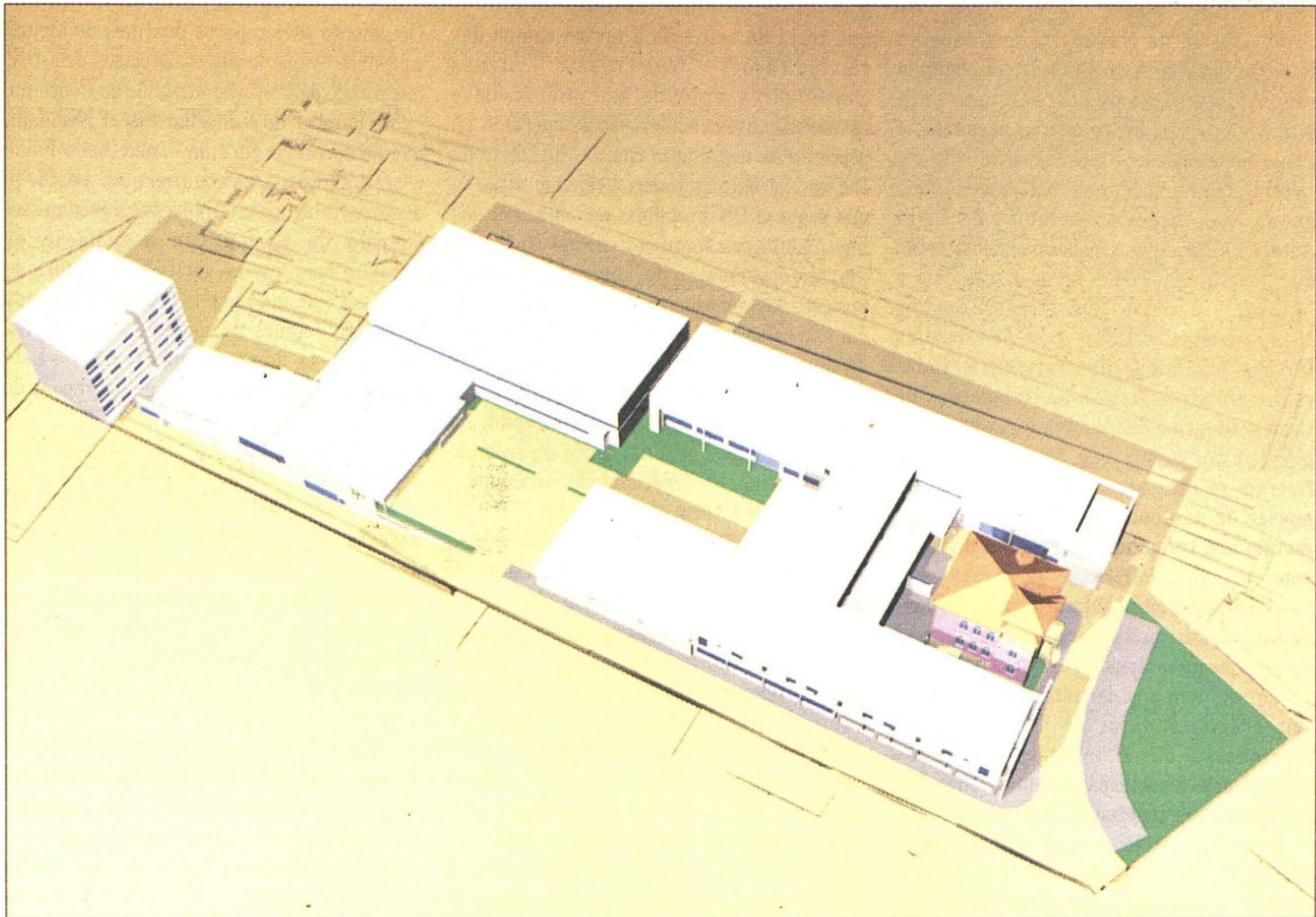
Foram muitos os deficientes militares oriundos do norte que, por falta de condições nas suas habitações e pela inexistência de uma estrutura com capacidade para os receber, acabaram por ficar em Lisboa, vindo muitos deles a falecer sem terem tido a possibilidade de se inserirem no meio onde nasceram e onde certamente gostariam de ter acabado os seus dias.

Logo após o "25 de Abril", algumas entidades receberam donativos e desenvolveram projectos para a construção desse "Lar Militar". O tempo foi passando e a intenção foi ficando para trás com manifesto prejuízo para o norte, tal como acontece em muitas outras situações da vida portuguesa.

A ADFA, atenta às preocupações dos seus associados, não deixou morrer a ideia e, uma vez solucionada a posse dos terrenos onde se encontra instalada a sua Delegação do Porto, submeteu à apreciação do Conselho Nacional uma proposta que mereceu a aprovação quase unânime, para a criação de uma estrutura com capacidade para apoiar os deficientes militares na idade mais avançada.

O Centro Social da ADFA no Porto é um projecto de dimensão nacional, desenvolvido e executado pela Delegação do Porto que meteu mãos à obra para que o sonho se transforme em realidade, nos anos mais próximos.

Os serviços da Câmara Municipal do Porto estão a fazer a sua apreciação quanto



Vista geral das instalações, em projecto, com o palacete da Rua de Francos à direita

aos aspectos urbanísticos e arquitectónicos. De seguida é necessário obter os meios e os apoios para a sua concretização.

Este Projecto adaptado aos novos desafios de modernidade, com uma perspectiva de funcionamento para a comunidade local, atento ao princípio de integração para que não venha a constituir-se como uma estrutura de marginalização decorrente da situação de velhice dos deficientes militares, será o "emblema" da ADFA no norte.

A ADFA espera que a promessa repetida ao longo do tempo, não venha a ser esquecida. Sendo um Projecto com décadas de atraso, ainda vem a tempo de cumprir a missão.

## Cumprir as conclusões do IV Congresso Nacional da ADFA

O Projecto do "Centro Social da ADFA no Porto" surge em consequência do cumprimento das decisões do IV Congresso Nacional da ADFA.

A realidade constatada de que a grande parte dos deficientes militares se encontram no limiar da terceira idade, foi objecto de reflexão e da tomada de decisão expressas nas seguintes conclusões:

"Ponto 36 - Necessidade de interagir com outras instituições públicas e privadas, com vista ao estabelecimento de protocolos de cooperação, no âmbito das prestações de serviços de apoio e melhoria do seu funcionamento.

Ponto 37 - Implementação de serviços de apoio à saúde e domiciliário e de centros de dia, a nível nacional.

Ponto 38 - Incremento de serviços de residência protegida.

(...) Ponto 49 - Organização de actividades ocupacionais, culturais, desportivas e outras, motivadoras do bem estar e companheirismo."

O Projecto do Centro Social do Porto, está concebido em função da vontade expressa pelos representantes dos associados no IV Congresso Nacional da ADFA.

## Programa funcional do Centro

O Projecto do Centro Social no Porto compreende, no Edifício Sede, Serviços de recepção, portaria, serviços administrativos e de gestão.

A Unidade de Apoio Integrada disponibilizará quartos para dependentes, com serviços de Apoio Médico.

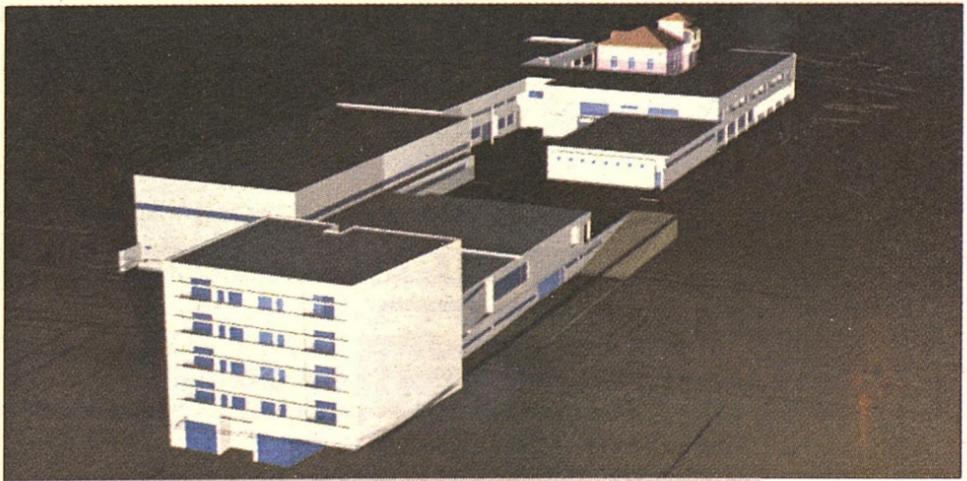
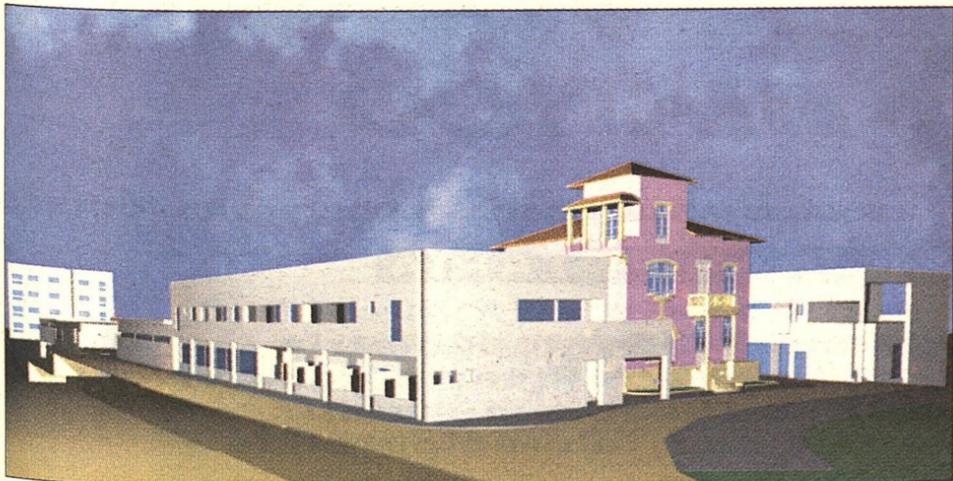
O Alojamento Residencial disponibilizará quartos para alojamentos temporários.

O Centro de Dia vai ter refeitório, salas de convívio, auditório e bar.

Vai ainda acolher um Centro de Apoio Domiciliário e um Centro de Actividades Ocupacionais, com salas para actividades de artes plásticas, informática e outras.

A Unidade de Apoio ao Desporto e Actividades Físicas vai contar com um pavilhão gimnodesportivo, ginásio e piscina.

O Projecto também prevê a criação de áreas tais como lojas, apartamentos e parque de estacionamento, os quais serão orientados para a captação de fundos financeiros destinados ao funcionamento da futura estrutura. •



Outras panorâmicas do projecto das instalações do Centro Social da ADFA no Porto

Conselho Nacional reafirma necessidade da revisão estatutária

# Aprovado Plano de Actividades e Orçamento para 2003

No dia 30 de Novembro, o Conselho Nacional da ADFA efectuou a sua segunda reunião ordinária do corrente ano para discutir e votar, entre outros assuntos, o Plano de Actividades e o Orçamento.

Foi uma reunião muito participada a que apenas faltou um conselheiro da Lista Autónoma para que o mais importante órgão de conselho da ADFA funcionasse com o "quorum" máximo. Os Órgãos Sociais Nacionais apresentaram-se na sua máxima força e as Delegações estiveram todas representadas. Mesmo as Delegações de Castelo Branco e de Coimbra que estão a ser geridas por comissões administrativas, fizeram-se representar por observadores, apesar de não poderem intervir, normalmente, nos trabalhos, nem terem direito a voto.

A Direcção Nacional apresentou o Plano de Actividades como um sumário das "grandes opções associativas, nas suas variadas vertentes, num ano de transição, no qual se encerram mandatos de Órgãos Sociais Nacionais e das Delegações, em que se estabilizarão a participação e intervenção dos associados das Delegações de Castelo Branco e Coimbra, rumo a um Acto Eleitoral Ordinário, de cujo resultado dependerá, e de forma definitiva, o futuro da ADFA, dos deficientes militares e das suas famílias." O debate centrou-se neste documento, principalmente sobre o seu parágrafo quarto

que trata da actuação a ter no campo das reivindicações legislativas. Alguns conselheiros entenderam que se deve estabelecer um calendário mais apertado no processo de negociação com o Ministério da Defesa Nacional do caderno reivindicativo do que o que a DN propunha, por forma a que haja resultados significativos até ao fim do primeiro semestre de 2003. As diversas posições dos conselheiros foram-se traduzindo em propostas escritas, sendo possível, no final da discussão, chegar-se a uma proposta de síntese que mereceu a aprovação do Conselho. O Plano de Actividades foi aprovado, na generalidade, por maioria, sendo o parágrafo quarto votado na especialidade, vencendo a proposta de alteração, pela qual a DN se obrigará a "reforçar a discussão e acelerar a negociação com o MDN do Caderno Reivindicativo", por forma a obter uma "resposta concreta" no primeiro semestre de 2003, devendo, até ao fim deste mesmo período, apresentar os resultados obtidos em reuniões extraordinárias do Conselho Nacional e Assembleia Geral Nacional.

O Orçamento para 2003, tal como o anterior, continua a ser marcado por uma forte preocupação de contenção de gastos e de saneamento financeiro, apontando para uma situação de equilíbrio. Como é um documento que é exaustivamente planeado e discutido, bilateralmente, entre a DN e as delegações, e em reuniões alargadas de executivos, o

Orçamento teve reparos pontuais de alguns conselheiros que foram esclarecidos pela DN, merecendo a aprovação unânime do Conselho.

O Parecer do Conselho Fiscal Nacional, que foi apreciado em simultâneo com o Plano e Orçamento, "reconhece o esforço desenvolvido pela Direcção Nacional no sentido de normalizar a situação de desequilíbrio que se verificava no período homólogo do ano anterior", mas recomenda "que esta postura de controlo seja mantida com firmeza nos próximos tempos". Este documento não mereceu qualquer reparo do CN.

Foi aprovada, na especialidade, a regulamentação dos Estatutos da ADFA sobre a admissão, demissão e readmissão de associados, documento que havia sido aprovado, genericamente, no último Conselho, pois a redacção de algum do seu articulado não reuniu, então, consenso unânime, votando-se, agora, as redacções alternativas, de acordo com as sugestões e propostas apresentadas.

Nos últimos anos, a necessidade de uma revisão estatutária tem marcado as reuniões do Conselho Nacional e de outros encontros de trabalho e, mesmo não fazendo parte da agenda, a questão é referida com frequência a propósito de outros assuntos. Nas duas últimas reuniões do CN a revisão estatutária fez parte da ordem de trabalhos e suscitou intervenções que, em síntese, vieram realçar

a necessidade e a urgência de se avançar com este projecto. Neste último Conselho o presidente da MAGN pôs à reflexão dos conselheiros algumas questões que poderão dificultar o andamento do processo, nomeadamente, de ordem logística e financeira. Foi reforçada a decisão de 23 de Março de que deve ser a MAGN a coordenar e dinamizar a revisão estatutária e foram formuladas sugestões quanto a prazos, quanto a procedimentos e calendarizações, quanto à divulgação junto das estruturas e dos associados e à participação destes, quanto ao apoio a prestar pelo executivo nacional e pelos executivos das delegações. Em algumas intervenções foi referido o importante papel que o ELO deverá desempenhar em todo o processo na divulgação dos trabalhos e recolha de sugestões e pontos de vista dos associados.

Os últimos dois pontos tratados foram a estratégia reivindicativa e as informações diversas sobre a actividade associativa. Neste âmbito foi aprovada uma recomendação apresentada pela Comissão Especializada para a área da legislação que preconiza princípios básicos a defender pela DN na definição do "Conceito de Campanha" e o acompanhamento atento do movimento nacional dos ex-combatentes, tendo sempre em conta a salvaguarda da independência da ADFA. •

## Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2002

O Instituto para o Desenvolvimento Social convidou a ADFA, representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, para a cerimónia de entrega do Prémio Engenheiro Jaime Filipe 2002, no dia nove de Dezembro, nas suas instalações, em Lisboa.

Num concurso destinado a premiar a melhor concepção inovadora, que seja promotora de autonomia e da qualidade de vida e que facilite a realização de actividades da vida diária às pessoas em situação de dependência, o Prémio é anual e consiste num trofeu e no valor pecuniário de 5.000 euros. Nesta segunda edição, a concepção inovadora

premiada designa-se "Suporte de Braço Equilibrado", da autoria de Luís Gouveia Cardoso e de Sérgio Andrade Tomázio.

Foram também atribuídas duas menções honrosas às candidaturas "Vidro Sílico-fosfocálcio com elevado teor em magnésio para aplicações biomédicas" da autoria de José Marques de Oliveira, Maria Helena Fernandes e Rui Nunes Correia, e "HANDYcap - Iniciativa Académica e conjunto de soluções resultantes da análise de postos de trabalho para pessoas com necessidades especiais", dos alunos e do docente da disciplina de Projecto de

Interiores II da ARCA - Escola de Tecnologias Artísticas de Coimbra.

O Prémio visa também homenagear o Engenheiro Jaime Filipe, "figura de grande dedicação e actuação na defesa do exercício de cidadania e integração social das pessoas portadoras de deficiência", fundador do CIDEF (Centro de Integração para Deficientes) e responsável pela criação do programa televisivo "Novos Horizontes". Os principais objectivos deste Prémio são a promoção da autonomia, a reparação das capacidades perdidas e a melhoria da qualidade de vida.

É uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) em colaboração com o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, a Direcção Geral da Saúde, a Associação Portuguesa da Criatividade, o Programa Acesso da Presidência de Conselho de Ministros, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial e da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Instituições que constituem a Comissão de Análise). •

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

**DENTI**  **BIANCO**

Acordos:

M. JUSTIÇA - ADME - SAMS (QUADROS) - SAMS SIB - JORNALISTAS DE LISBOA - TÁXIS SINTRA - OUTROS

**CONSULTAS DE MEDICINA DENTÁRIA**

Especialidades de Medicina Dentária:

Reabilitação Oral / Branqueamento / Odontopediatria  
Desvitalização / Extracções Dentárias / Próteses Fixas e Removíveis  
Acrílica Aparelhos de Correção (fixos e móveis)  
Meios de Diagnóstico / Rx Panorâmico / Teleradiografias

Email: [dentibianco@clix.pt](mailto:dentibianco@clix.pt)

Cç do Sacramento, 18 - 1º Esq. - 1200 LISBOA - Tel.: 213 433 535

Dia Internacional da Pessoa com Deficiência 2002

# "Dos direitos à Realidade"

A cidade de Aveiro acolheu, nos dias dois e três de Dezembro, as comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (três de Dezembro), organizadas pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e pelo Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, no Centro Cultural e de Congressos daquela cidade.

As celebrações centraram-se principalmente na informação sobre a reabilitação, a igualdade de oportunidades, as novas tecnologias e o direito à cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Nos dois dias decorreu um seminário subordinado ao tema "As Pessoas com Deficiência: Dos Direitos à Realidade", cuja cerimónia de abertura foi presidida pela secretária de Estado da Segurança Social, Maria Corrêa de Aguiar.

Vários especialistas das áreas do emprego, novas tecnologias e sociedade de informação, bem como os técnicos de reabilitação e os

para este ano: "Levar uma Vida Autónoma e Ter Meios de Subsistência Sustentáveis". Considerando as iniciativas desenvolvidas mundialmente durante 2002 e constatando os problemas que ainda subsistem, Khofi Annan reiterou o "compromisso de assegurar a participação plena e efectiva das pessoas com deficiência no desenvolvimento social", salientando que neste dia o mundo deve reafirmar a "promessa de combater a exclusão, de criar oportunidades para todos os seres humanos e de construir sociedades onde as pessoas com deficiência não sejam vistas apenas como beneficiárias do apoio da sociedade mas antes como seres com capacidade de agir e que podem contribuir para o desenvolvimento social, político e económico".

## Prémio de Mérito

Pela manhã do dia dois de Dezembro, em simultâneo com os trabalhos do seminário, foi atribuído o Prémio de Mérito 2001, no Parque

Pires, Lda., de Fafe, que emprega três trabalhadores portadores de deficiência (dois dos quais contratados em 2001). O Prémio - 2ª categoria foi atribuído em simultâneo à Câmara Municipal de Ponte de Lima (18 trabalhadores com deficiência) e à empresa Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, Lda., de Caldas da Rainha, com quatro trabalhadores com deficiência.

A 3ª categoria coube à NOSLEN - Nelson Pereira da Silva, Lda. (Fafe), que contratou dois portadores de deficiência em 2001.

As pessoas portadoras de deficiência que criaram o próprio emprego premiadas foram: José Rebocho Máximo (Aljustrel), na área da publicidade e fotografia; Hélder Valente Vieira (Ovar), na área de transporte de mercadorias; e Custódia dos Santos Costa (Ílhavo), com venda e aluguer de vídeos, DVD e CD.

O Prémio de Mérito atribuído corresponde, respectivamente, a 18, 14 e dez vezes o salário mínimo nacional, para as empresas empregadoras, e 18, 14 e dez vezes o salário mínimo nacional para os cidadãos deficientes que criaram o seu próprio emprego.

## A ADFA esteve lá

No Seminário e na cerimónia de atribuição do Prémio de Mérito também esteve presente a ADFA, com o presidente e 3º secretário da Direcção Nacional e representantes das delegações de Famalicão, Lisboa e Viseu.

Os dirigentes da ADFA foram unânimes na afirmação de que a troca de experiências e as parcerias entre instituições e empresas são factores importantes para o desenvolvimento da integração das pessoas com deficiência.

Perante a apresentação de projectos como o In Map, da Universidade de Aveiro, e o Âncora, para um ambiente de colaboração on line" de apoio à reabilitação de portadores de Trissomia 21, a ADFA não poupou elogios às iniciativas, apresentando as suas iniciativas em prol da inclusão das pessoas com deficiência no ciberespaço, com a criação, através do Programa Acesso, de um projecto de convívio virtual, ainda em fase de testes.

No entanto, a ADFA não deixou de fazer



Demonstração de trabalhos

uma crítica ao actual panorama informativo sobre as pessoas com deficiência. Patuleia Mendes, presidente da DN, disse ao ELO que "um ano mais as comemorações deste dia estiveram à margem da comunicação social. Os Prémios de Mérito foram divulgados perante uma plateia de técnicos do emprego e reabilitação e de dirigentes associativos, mas as matérias continuam no desconhecimento da opinião pública, pela omissão de divulgação nos media."

O dirigente considerou ainda que, "nas actividades levadas a efeito pelo SNRIPD - a exposição, a demonstração de trabalhos de deficientes em laboração permanente e os diversos painéis, apesar da valia dos oradores e das centenas de assistentes, pouco eco tiveram fora das paredes do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro".

"A ADFA espera que a aplicação em Portugal da decisão da UE, que promulgou o ano de 2003 como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, tenha mais intervenção pública e forma credível de tornar visível o deficiente português como indivíduo com direito ao pleno exercício da sua cidadania", concluiu o presidente.

O secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, salientou, na sessão de encerramento das comemorações, o actual processo de revisão da lei de bases da reabilitação, e concluiu que "é na informação e sensibilização da opinião pública que se evolui para a integração". •

RV



Apresentação dos projectos In Map e Âncora

dirigentes associativos, deram o seu contributo para o debate.

Foi divulgada, durante os trabalhos, a mensagem do secretário-geral das Nações Unidas, Khofi Annan, que lembrou o lema

de Feiras e Exposições de Aveiro, na presença do presidente do Instituto para o Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O Prémio de Mérito de 1ª categoria foi atribuído à empresa José Mário Mendes &

## URGÊNCIAS DENTÁRIAS

CENTRO DE DIAGNÓSTICO

**CEDMEP**

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

Acordos: ADME-GNR-CGD-CTT-PROTOCOLOS TAXSINTRA-OUTROS

Reabilitação Oral / Próteses

Ortodoncia Aparelhos Fixos e Móveis / Rx Panorâmico

CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL PEDIATRIA  
PSICOLOGIA MEDICINA DENTÁRIA

Email: [cedmep@clix.pt](mailto:cedmep@clix.pt)

R. Prof. Dr. Virgílio Machado, Lt 22 - Loja 1

Tel.: 214 393 155 - 2745-342 QUELUZ OCIDENTAL

# Serviço e Campanha

Tem sido um tema recorrente a questão das diferenças de tratamento entre e as situações de ferimento, ou doença, em serviço ou em serviço de campanha. Para quem está fora destes assuntos – incluindo muitos militares do activo e dos quadros permanentes – a diferença parece até absurda. Mas ela existe e os resultados nas prestações devidas aos atingidos continua a ser um dos temas quentes dentro da ADFA.

Antes de mais, recorde-se que tempos houve em que as diferenças eram ainda maiores, com três situações distintas: serviço, campanha e combate, entendendo-se combate como acção directa do inimigo e campanha acção indirecta; assim, quem caísse numa mina ficava em campanha, e quem levasse um tiro ficava em combate! Imagine-se o caso de uma coluna que sofresse em simultâneo uma mina e uma emboscada: como distinguir as situações? Ironia à parte, alguma coisa evoluiu, portanto.

Este tema tem estado sempre presente nas reivindicações da ADFA, e deverá estar até que os seus objectivos sejam atingidos. Mas que objectivos são esses? São de três

ordens diferentes: a resolução dos casos pendentes resultantes de processos mal elaborados, ou de decisões erradas; a redefinição do conceito de serviço de campanha; e a diminuição do fosso entre serviço e campanha.

A primeira é a luta jurídica que tem sido uma constante na vida da ADFA, na qual ganhou uma experiência e eficácia que é medida pela percentagem de processos ganhos em tribunal. Qualquer que seja o andamento do processo reivindicativo sobre a legislação a publicar, esta actividade não deve nem pode parar, porque dela depende a resolução imediata dos casos dos associados, sobretudo se se pensa na resolução em tempo útil, leia-se em vida deles.

A segunda assenta na correcta interpretação da doutrina expressa no Decreto-lei n.º 43/76, base de toda a legislação sobre DFA. A Administração – e por isso entenda-se o Ministério da Defesa Nacional, os Ramos das Forças Armadas e a Caixa Geral de Aposentações – têm vindo a interpretar essa doutrina de forma variável ao longo do tempo, ora aplicando um

conceito de campanha mais abrangente, ora mais restritivo, criando assim injustiças, havendo até casos em que, do mesmo acidente, há militares classificados DFA e outros não. Por outro lado, um País que entende – e bem – que deve ocupar o lugar que lhe compete no conjunto das Nações, e como tal deve contribuir para as forças militares projectadas em teatros de operações que podem ser distantes e perigosos, tem de ter estabelecidas, sem sombra de dúvidas nem ao sabor de interpretações, as regras com que cobre os riscos que correm os militares que, envolvidos nessas missões, bem como na preparação cuidada e realística para as mesmas. A ADFA tem insistido junto dos sucessivos governos sobre esta matéria, em várias ocasiões, destacando-se do último documento entregue a enumeração de casos que devem ser considerados como "campanha" e "circunstâncias directamente relacionadas com o serviço de campanha":

- Os acidentes com arma de fogo em actividade operacional;
- Os acidentes com minas ou explosivos, em actividade operacional;
- Os acidentes com viaturas militares, quando em actividade operacional, incluindo as quedas ou ferimentos no salto;
- Os acidentes ocorridos dentro dos aquartelamentos ou estacionamentos, resultando de actividade operacional, ou logística de apoio às operações;
- As doenças ocorridas ou agravadas por condições climáticas ou endemias do local das operações, falta de meios sanitárias ou de higiene, pressão psíquica derivada da actividade operacional.

Além das situações tipificadas, há ainda a considerar os casos de "manutenção de ordem pública", "prática de actos humanitários ou de dedicação à causa pública" ou de "prisioneiro de guerra", que estão consignados na actual legislação.

A terceira deriva da especificidade do serviço militar, que não se coaduna com a aplicação pura e simples da legislação recente sobre acidentes em serviço do pessoal da Função Pública – ainda que se reconheça que essa legislação representa um grande passo em frente em relação à protecção dos funcionários do Estado. Já nalguns casos se obteve um tratamento específico, como quanto aos Grandes Deficientes do Serviço Efectivo Normal (GDSEN), mas muito mais há que fazer, no sentido de garantir que ninguém fique efectivamente prejudicado ou diminuído nos seus direitos pelo facto da prestação do serviço militar, qualquer que seja o seu estatuto. •

## A advogada responde

### Gestão de negócios

*"O meu tio é DFA com 30 por cento de incapacidade por problemas psiquiátricos. Recentemente, e fruto da sua deficiência, começou a consumir álcool em excesso encontrando-se muito debilitado. Nos últimos três meses fui eu quem administrou os seus assuntos do dia a dia, como o pagamento da renda de casa, gás, luz, água, telefone, depósitos bancários, pagamentos de prestações, etc. Gostaria de saber quais as consequências da minha administração já que não tenho autorização do meu tio para o efeito".*

A situação descrita enquadra-se no conceito de gestão de negócios, que ocorre quando alguém (gestor) assume a direcção de negócio alheio, actuando no interesse e por conta do dono do negócio sem que para isso esteja autorizado.

Entende-se por negócio alheio, qualquer assunto ou interesse alheio, que tanto pode ser um interesse patrimonial como um interesse de outra ordem desde que se trate de actos que possam ser realizados por outrem.

Quem assume a gestão de negócios alheios tem os seguintes deveres: agir no interesse e de acordo com a vontade real ou presumível do dono do negócio, desde que esta não seja contrária à lei ou à ordem pública, ou ofensiva dos bons costumes; avisar, logo que seja possível, o dono do negócio de que assumiu a gestão. Feito tal aviso, a gestão pode continuar até que sejam dadas instruções ao gestor no sentido da cessação da mesma, ou da sua transformação em mandato ou procuradoria; prestar contas, findo o negócio ou interrompida a gestão, ou quando o dono as exigir; prestar todas as informações relativas à gestão ao dono do negócio e entregar-lhe tudo quanto tenha recebido de terceiros no exercício da gestão.

Considera-se culposa a actuação do gestor, quando ele agir em desconformidade com o interesse ou a vontade, real ou presumível, do dono do negócio, havendo responsabilidade pelos prejuízos que o gestor causar culposamente, na execução da gestão.

Uma vez iniciada a gestão, o gestor deve prosseguir-la até concluir o acto ou actos começados ou até que o dono possa prover por si, não a interrompendo sem justa causa, sob pena do gestor ser responsável pelos prejuízos que tal interrupção causar.

No caso, aconselhamos que informe o seu tio dos actos que, em nome dele, praticou, e caso a situação se mantenha, obtenha uma procuração ou um mandato. •

Inês Soares de Castro

NSC

 <b>ADFA</b> ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS	 COMUNIDADE EUROPEIA Fundo Social Europeu	 I E F P Ministério do Trabalho e da Solidariedade PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL PROMOÇÃO DE INSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
--	--	---

## CURSOS PARA DEFICIENTES

Abertura de Cursos  
de Formação Profissional em 2003  
para Deficientes Motores, Deficientes Auditivos Ligeiros  
e Deficientes de outros Órgãos  
(M/F)

Cursos de: **Escritório Electrónico e Artes Gráficas**

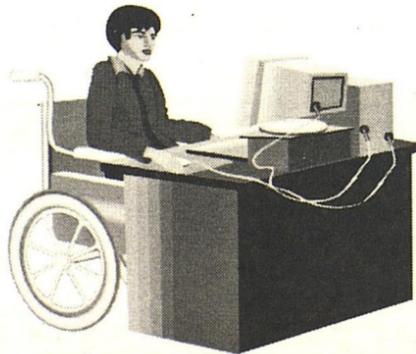
### Requisitos:

- 9.º ano de escolaridade ou equivalente
- Idade entre os 16 e os 55 anos
- Nacionalidade portuguesa
- Desempregados

### Condições:

De acordo com a situação individual, os formandos poderão ter direito a:

- Bolsa de formação - 70% do ordenado mínimo nacional
- Subsídio de refeição
- Subsídio de transporte



**Horário:** 7h/dia das 9h30 às 12h30 e das 14h às 18h.

**Certificação:** Será conferido um **Certificado de Formação Profissional** aos alunos que tenham sido aprovados no percurso de formação.

**Estágio:** Todos os finalistas terão um **estágio remunerado** numa empresa, com a duração de **9 meses**.

**Início:** Os cursos têm início previsto para **Março de 2003**.

**Inscrições até 28 de Fevereiro de 2003**

**Informações e inscrições pelo telefone / fax: 21 757 31 07**

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso



## Actualização das Pensões

Portaria 1514/2002, de 17 de Dezembro

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### 1.º Âmbito

As prestações de invalidez, de velhice, bem como as de sobrevivência, e as pensões de doença profissional dos regimes de segurança social são actualizadas nas condições previstas no presente diploma.

#### 2.º Situações exclusivas

Excluem-se do âmbito de aplicação desta portaria os seguintes grupos de beneficiários:

a) Os beneficiários da Caixa de Previdência dos Empregados do Banco de Angola, extinta pelo Decreto-Lei n.º 288/95, de 30 de Outubro, com direito aos benefícios constantes de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho do sector bancário, excepto no respeitante a eventual parcela de pensão correspondente a carreira contributiva do regime geral de segurança social e ao complemento de pensão por cônjuge a cargo;

b) Os beneficiários abrangidos pelos regulamentos especiais de segurança social dos trabalhadores ferroviários e do pessoal do Serviço de Transportes Colectivos do Porto, excepto no respeitante à garantia dos valores mínimos de pensão e do complemento por dependência;

c) Outros grupos de beneficiários não abrangidos pelo Centro Nacional de Pensões.

### CAPÍTULO II Actualização das pensões do regime geral

#### 3.º Actualização das pensões de invalidez e de velhice

1 - As pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 1994, bem como as pensões estatutárias e regulamentares atribuídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, anteriormente a 1 de Janeiro de 2002, são actualizadas para o valor resultante da aplicação, ao respectivo quantitativo mensal, de 2%.

2 - A aplicação do disposto nos números anteriores não prejudica, em caso algum, o estabelecido, respectivamente, nos artigos 4.º e 5.º.

#### 4.º Valor mínimo dos aumentos

1 - Da actualização das pensões regulamentares de invalidez e de velhice iniciadas antes de 1 de Janeiro de 1994 e das pensões estatutárias e regulamentares atribuídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, anteriormente a 1 de Janeiro de 2002, cujo o valor seja igual ou superior a 189,54E, não pode resultar aumento mensal inferior a 7,58E.

2 - O disposto no número anterior não é aplicável aos beneficiários referidos na alínea a) do artigo 2.º cuja actualização de pensões observe o disposto neste diploma.

#### 5.º Valor mínimo de pensão dos pensionistas de invalidez e de velhice

1 - Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral com carreira contributiva relevante para a taxa de formação da pensão inferior a 15 anos é garantido um valor mínimo de pensão de 197,12E.

2 - Aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral com carreira contributiva relevante para a taxa de formação da pensão igual ou superior a 15 anos são garantidos os valores mínimos de pensão constantes da tabela seguinte:

Escalões por anos de carreira contributiva	Valor mínimo da pensão (em euros)
15 e 16.....	206,89
17 e 18.....	213,05
19 e 20.....	219,20
21 e 22.....	226,07
23 e 24.....	232,22
25 e 26.....	238,38
27 e 28.....	244,53
29 e 30.....	250,68
31.....	258,74
32.....	264,89
33.....	271,05
34.....	277,20
35.....	283,35
36.....	289,51
37.....	295,66
38.....	301,82
39.....	307,97
40 e mais.....	317,20

3 - Os valores mínimos fixados nos n.ºs 1 e 2:

a) Não relevam para efeitos da parcela de pensão a que se refere a última parte da alínea a) do artigo 2.º desta portaria;

b) Não são aplicáveis às pensões antecipadas atribuídas ao abrigo do regime de flexibilização da idade de pensão por velhice, previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro;

c) São aplicáveis aos beneficiários abrangidos pelos regulamentos especiais de segurança social referidos na alínea b) do artigo 2.º deste normativo.

#### 6.º Actualização das pensões de sobrevivência

1 - As pensões de sobrevivência do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2002 são actualizadas por aplicação das respectivas percentagens de cálculo aos montantes das pensões de invalidez e de velhice que lhes servem de base, bem como do complemento social, sendo caso disso, segundo o valor que para ambos resulta da aplicação das regras de actualização previstas neste diploma e do disposto no Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro.

2 - A regra de Actualização definida no n.º 1 é igualmente aplicável:

a) As pensões de sobrevivência iniciadas a partir de 1 de Janeiro de 2002, desde que o óbito que lhes deu origem se tenha verificado em data anterior;

b) As pensões de sobrevivência resultantes de óbitos verificados em data anterior à do início de produção de efeitos prevista na alínea b) do n.º 26.º e correspondentes a pensões de invalidez ou de velhice iniciadas até 31 de Dezembro de 2001.

#### 7.º Actualização das pensões limitadas

As pensões do regime geral limitadas por aplicação das normas reguladoras da acumulação de pensões de diferentes regimes de enquadramento obrigatório de protecção social iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2002 são actualizadas em 2%.

#### 8.º Actualização das pensões reduzidas e proporcionais

1 - As pensões do regime geral iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2002, reduzidas ou proporcionais em consequência do recurso a períodos contributivos de outros regimes, quer por força do disposto nos artigos 27.º e 189.º do Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963, e 39.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, quer por aplicação de instrumentos internacionais, são actualizadas em 2%.

2 - A aplicação do disposto no n.º 1 às pensões auferidas e não acumuladas com outras salvaguarda:

a) Para as pensões reduzidas, o valor fixado no n.º 1 do artigo 5.º;

b) Para as pensões proporcionais, o valor da pensão social, nos termos do n.º 2 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 437/99, de 29 de Outubro.

#### 9.º Actualização das pensões bonificadas

1 - As pensões de invalidez e de velhice, calculadas ao abrigo do artigo 27.º do Decreto Regulamentar n.º 75/86, de 30 de Dezembro, que atinjam montante igual ao valor mínimo garantido aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral são actualizadas para o valor estabelecido no n.º 1 do artigo 5.º.

2 - As pensões de invalidez e de velhice, calculadas no âmbito do artigo 27.º do Decreto Regulamentar n.º 75/86, de 30 de Dezembro, que não atinjam montante igual ao valor mínimo garantido aos pensionistas de invalidez e de velhice do regime geral são actualizadas por aplicação do montante fixado no n.º 1 do artigo 11.º, na parte respeitante à pensão do regime especial e em 2%, relativamente à bonificação e a eventuais acréscimos.

#### 10.º Actualização da pensão provisória de invalidez

O valor das pensões provisórias de invalidez previstas no artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, que se encontre a ser concedido à data da entrada em vigor deste diploma é fixado em 143,80E.

### CAPÍTULO III Actualização das pensões de outros regimes

#### 11.º Actualização das pensões do regime especial das actividades agrícolas

1 - O quantitativo mensal das pensões de invalidez e de velhice do regime especial das actividades agrícolas é fixado em 176,95E.

2 - Os valores das pensões de sobrevivência são actualizados por aplicação das respectivas percentagens de cálculo em vigor no regime geral ao quantitativo das pensões referido no n.º 1.

#### 12.º Actualização das pensões limitadas, reduzidas e proporcionais do regime especial das actividades agrícolas

As pensões do regime especial das actividades agrícolas limitadas por aplicação das normas reguladoras de acumulação de pensões de diferentes regimes de enquadramento obrigatório de protecção social, bem como as reduzidas e as proporcionais nos termos do n.º 8.º, iniciadas anteriormente a 1 de Janeiro de 2002, são actualizadas para 4%.

#### 13.º Actualização das pensões dos antigos fundos de reforma dos pescadores

As pensões dos antigos fundos de reforma dos pescadores são actualizadas de acordo com o disposto no artigo 3.º

#### 14.º Actualização das pensões do regime não contributivo

1 - O quantitativo mensal das pensões de invalidez e de velhice do regime não contributivo é fixado em 143,80E.

2 - As pensões de viuvez e de orfandade do regime não contributivo são actualizadas para o valor que resulta da aplicação das respectivas percentagens de cálculo em vigor no regime geral ao montante fixado no n.º 1.

#### 15.º Actualização das pensões dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas

1 - O valor mensal das pensões de invalidez e de velhice dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, referidos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 445/70, de 23 de Setembro, e no Decreto-Lei n.º 391/72, de 13 de Outubro, e demais legislação aplicável, é fixado em 143,80E.

2 - As pensões de sobrevivência dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas atribuídas nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 174-B/75, de 1 de Abril, aos cônjuges sobreviventes dos respectivos pensionistas são actualizadas por aplicação da respectiva percentagem de cálculo em vigor no regime geral ao montante fixado no n.º 1.

#### 16.º Actualização das pensões de regimes equiparados ao regime não contributivo

O quantitativo mensal das pensões e prestações equivalentes, de nula ou reduzida base contributiva, a cargo do Centro Nacional de Pensões, designadamente as respeitantes à extinta Caixa de Previdência do Pessoal da Casa Agrícola Santos Jorge, à Associação de Socorros Mútuos na Inabilidade, à extinta Caixa de Previdência da Marinha Mercante Nacional (antigas associações), ao extinto Grémio dos Industriais de Fósforos, à extinta Caixa de Previdência da Câmara dos Despachantes Oficiais, não abrangidos pelo despacho n.º 40/SESS/91, de 24 de Abril, bem como as pensões atribuídas por aplicação dos regulamentos especiais da Caixa de Previdência dos Profissionais de Espectáculos, é fixado em 143,80E, sem prejuízo de valores superiores em curso.

#### 17.º Actualização dos subsídios complementares

Os subsídios complementares atribuídos ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto de 1962 (ex-Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra), são actualizados para o valor resultante da aplicação de 2% ao respectivo quantitativo mensal.

### CAPÍTULO IV Actualização da parcela contributiva das pensões para efeito de cúmulo

#### 18.º Actualização da parcela contributiva

A tabela inserta na Portaria n.º 1323-B/2001, de 30 de Novembro, publicada para cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 141/91, de 10 de Abril, é actualizada nos termos da tabela anexa a este diploma, que a substitui.

### CAPÍTULO V Actualização dos montantes adicionais e prestações complementares

#### 19.º Montantes adicionais das pensões

Os montantes adicionais das pensões atribuídos nos meses de Julho e de Dezembro são de valor igual ao que resultar, para as respectivas prestações, da actualização estabelecida no presente diploma.

#### 20.º Complemento por dependência

O quantitativo mensal do complemento por dependência é calculado com referência ao valor actualizado da pensão do regime não contributivo.

#### 21.º Complemento de pensão por cônjuge a cargo

O valor mensal do complemento de pensão por cônjuge a cargo é fixado em 30,24E, sem prejuízo de valores superiores que estejam a ser atribuídos.

#### 22.º Complemento extraordinário de solidariedade

O valor do complemento extraordinário de solidariedade atribuído ao abrigo do Decreto-Lei n.º 208/2001, de 27 de Julho, é de 13,17E para os titulares de prestações com menos de 70 anos e de 26,34E para os que tenham ou venham a completar idade igual ou superior a 70 anos.

### CAPÍTULO VI Pensões resultantes de doenças profissionais

#### 23.º Actualização das pensões resultantes de doença profissional

1 - As pensões por incapacidade permanente para o trabalho e as pensões por morte e por doença profissional atribuídas anteriormente a 1 de Janeiro de 2003, quer ao abrigo da Portaria n.º 642/83, de 1 de Junho, quer ao abrigo do Decreto-Lei n.º 248/99, de 2 de Julho, são actualizadas para o valor resultante da aplicação ao respectivo quantitativo mensal das percentagens de aumento fixadas nos números seguintes, sem prejuízo do disposto no n.º 4, sendo caso disso.

2 - As pensões calculadas com base em remuneração real ou de referência igual ou inferior ao valor do salário mínimo nacional são aumentadas em 4%.

3 - As pensões calculadas com base em remuneração real ou de referência superior ao valor do salário mínimo nacional são aumentadas em 2%.

4 - Para o mesmo grau de incapacidade, o aumento das pensões a que se refere o número anterior não pode ser inferior ao aumento máximo de actualização decorrente da aplicação do disposto no n.º 2.

#### 24.º Pensões unificadas

As pensões unificadas atribuídas ao abrigo da Portaria n.º 642/83, de 1 de Junho, são actualizadas com observância da regra estabelecida no n.º 3 do artigo 23.º do presente diploma no que respeita à parcela do regime geral e com observância das regras estabelecidas nos n.ºs 2 a 4 do referido artigo 23.º no que respeita às restantes parcelas que as compõem.

#### 25.º Regra de salvaguarda

Em caso algum o valor de actualização das pensões por doença profissional resultante da aplicação das normas estabelecidas na presente portaria pode ser inferior ao que resultaria da aplicação da Portaria n.º 642/83, de 1 de Junho.

### CAPÍTULO VII Disposições finais

#### 26.º Produção de efeitos

O presente diploma produz efeitos nos seguintes termos:

a) A partir de Janeiro de 2003, no que respeita à actualização das pensões resultantes de doença profissional;

b) A partir de 1 de Dezembro de 2002, no que respeita às restantes actualizações nele previstas.

#### 27.º Revogação

É revogada a portaria n.º 1323-B/2001, de 30 de Novembro.

### TABELA ANEXA Actualização de pensões para efeitos de cúmulo

Ano de atribuição da pensão	Coefficiente de actualização
2003.....	1
2002.....	1
2001.....	1,020
2000.....	1,056
1999.....	1,093
1998.....	1,129
1997.....	1,166
1996.....	1,204
1995.....	1,244
1994.....	1,300
1993.....	1,359
1992.....	1,433
1991.....	1,534
1990.....	1,718
1989.....	1,974
1988.....	2,251
1987.....	2,475
1986.....	2,730
1985.....	3,075
1984.....	3,812
1983.....	4,501
1982.....	5,361
1981.....	6,374
1980.....	7,436
1979.....	9,002
1978.....	10,255
1977.....	12,521
1976.....	13,897
1975.....	13,897
1974.....	13,897
1973.....	15,976
1972.....	17,745
1971.....	19,514
1970.....	21,473
1969.....	22,537
1968.....	23,671
1967.....	24,840
1966.....	26,093
Até 1965.....	27,914

Reflectindo

# Os Deficientes Militares – A Guerra Colonial – Os Ex-Combatentes

É minha intenção como associado empenhado apresentar uma reflexão de fundo, relativa ao posicionamento da ADFA na sua qualidade de representante dos Deficientes Militares com incidência especial nos D.F.A oriundos da Guerra Colonial.

De facto, a criação da ADFA, em 14 de Maio de 1974, constituiu um marco intransponível quanto à afirmação dos deficientes militares como "vítimas" do conflito colonial, omitindo conscientemente o facto de termos sido também ex-combatentes. O Slogan então brandido pela ADFA – "As Vítimas Justas de uma Guerra Injusta", foi a síntese perfeita da nossa revolta e, ao mesmo tempo, a alavanca fundamental que utilizámos na longa luta que tem sido a nossa caminhada, para a construção de uma sociedade inclusiva, onde todos podem e devem dar o seu contributo de cidadãos.

Não esquecemos os cantos de "sereia" que maviosamente nos eram lançados, para que, nos afirmássemos como ex-combatentes integrando a Liga dos Combatentes que afirmavam estar vocacionada para tratar da nossa reabilitação e inclusão social. Como Ulisses, forrámos os nossos ouvidos e prosseguimos em frente por termos consciência que as nossas dores não podiam ser adormecidas por medalhas ou desfiles militares.

Sou daqueles que na nossa Associação, sempre defendeu um bom relacionamento com os ex-combatentes e suas organizações representativas, não esquecendo que somos

membros da FMAC e que, se tal não decorresse espontaneamente, a isso seríamos obrigados pelo facto de sermos membros e representantes de Portugal neste Fórum Internacional.

No entanto, tal desiderato não invalida, em nada, que os deficientes militares portugueses tenham optado por criar uma instituição própria que albergasse no seu seio um projecto específico, consagrado nos Estatutos e que tomo a liberdade de nomeadamente citar:

Artº 4º Ponto 1)

" A ADFA tem por objectivo a defesa e a promoção dos interesses sociais económicos, culturais, morais e profissionais dos seus associados".

Artº 4º Ponto 2)

" Para realização dos seus objectivos compete nomeadamente à ADFA:

a) " Desenvolver e congregar esforços no sentido de reabilitar e reintegrar na sociedade todos os associados que sejam deficientes"

b) " Prestar-lhes apoio em defesa dos seus interesses e direitos"

c) " Fomentar a criação de condições tendentes à preservação da qualidade de vida dos associados em adequação a todas as fases etárias."

Assim, este posicionamento livre e democrático assumido pelos Deficientes Militares em 14 de Maio de 1974 foi tacitamente aceite pelos poderes públicos e sociedade em geral, o que levou a ADFA a desempenhar um papel relevante na definição

das políticas de reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência, que levou nomeadamente à criação, em 1977, do Secretariado Nacional de Reabilitação, hoje SNRIPD.

Relativamente às questões específicas dos deficientes militares, para além da reivindicação de legislação específica, os governos entenderam criar, em 1976, a Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, órgão de diálogo permanente entre ADFA e o M.D.N., e que por razões políticas foi extinta em 1980 contando sempre esta medida discricionária com a oposição da ADFA. A reivindicação da ADFA para repor o funcionamento da CMRA só veio a ser colmatada, em parte, com a criação, em 1996, do C.C.D.F.A., no âmbito da Direcção Geral de Pessoal do M.D.N.

Apesar de durante 16 anos não existir no M.D.N. uma estrutura permanente que equacionasse e propusesse as medidas legislativas reivindicadas pela ADFA, os sucessivos Ministros e Secretários de Estado da Defesa Nacional mantiveram sempre com a nossa Associação uma postura de abertura, diálogo e reconhecimento das realidades específicas dos deficientes militares, aprovando ao longo destes anos, vária legislação que, de alguma forma, foi colmatando as lacunas existentes no processo de inclusão dos D.F.A..

É neste contexto, que, como associado empenhado, me preocupa a recente publicação dos despachos 19/822/2001 de 20/09/01 e 21/MDN/2002 que definiram e criaram o Conselho Consultivo dos Antigos Comba-

tentes (C.C.A.C.), que no meu entender, vieram misturar deficientes militares com ex-combatentes "diluindo-se" responsabilidades nos direitos adquiridos e nas reivindicações justas que tardam a ser publicadas.

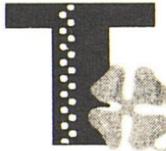
Realmente, assistimos hoje a uma grande confusão no que concerne aos direitos específicos dos deficientes militares e dos ex-combatentes, agravada pela Lei da contagem do tempo de serviço e criação da Rede Nacional de Apoio aos ex-combatentes afectados pelo D.P.T.S.

De facto, é hoje sintomático, que os ex-combatentes considerem ter direito a pensões e outros apoios concedidos aos D.F.A., pelo facto de terem estado na Guerra Colonial. A própria imprensa tem feito eco destas reivindicações dos ex-combatentes afirmando-se já em tom "jocosos" que "só não tem stress de guerra e pensões quem é burro".

Perante esta situação, e não pondo em causa os direitos de nenhum cidadão, compete-nos a nós, deficientes militares, reflectir sobre a bondade ou malvadez que os despachos supra citados vieram criar na sociedade portuguesa.

Em suma: Não Podemos deixar-nos adormecer ao som de melodias "inquinadas" que salvo melhor opinião pretendem pôr em causa os nossos direitos específicos que nos custaram tanto a ganhar e que temos que estar atentos para não perder. •

Manuel Lopes Dias



**Trevauto**  
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

1.2 S



**PUNTO**

1.2 ELX

1.2 16v ELX

1.2 16v ELX Speedgear

1.2 16v HLX

SPORT

SPORT Speedgear

HGT

1.9 JTD ELX

1.9 JTD HLX

75 Liberty



**PALIO WEEKEND**

40 16v SX

100 16v ELX

100 16v ELX 2.0i

108 JTD SX

108 JTD HLX



**MAREA WEEKEND**

**CONCESSIONÁRIO FIAT**

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

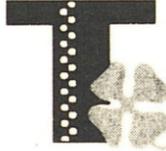
STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



**Trevauto**  
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

Os Motores



**Lybra**

Os Interiores

Os Equipamentos

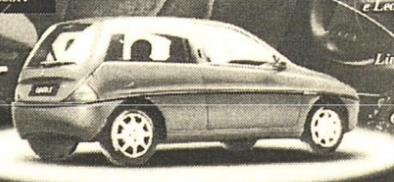
Crédito, A.L.D. e Leasing

As Cores

Os Preços

Lineaaccessori

Os Motores



**Y**

Os Interiores

Os Equipamentos

Crédito, A.L.D. e Leasing

Lineaaccessori

Os Preços

**CONCESSIONÁRIO LANCIA**

STAND - Contactos com Francisco Galhano  
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND  
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND  
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

# A Pátria existirá? - pela morte de um ex-combatente -

É certo que todos temos que morrer mais dia menos dia. Mas sempre que se tem a notícia do falecimento de (mais) um camarada, (res)surge logo, como brutal alerta não só de medos escondidos como também de consciência despertada, a pergunta ansiosa do como e do porquê!

E vêm logo à mente, nessa angustiada dúvida, as estórias das sequelas da guerra, não só as físicas, porque tão visíveis, mas cada vez mais as mentais, reflectindo-se, talvez principalmente, na questão dos comportamentos desviantes, dos desinteresses e dos alheamentos, das irritabilidades e das impaciências, das agressividades mas também das passividades, das fugas, das depressões e das solidões, da crescente afirmação, mesmo opressão, com a idade, de um "stress pós traumático" que subconscientemente, se calhar até "marialvamente", se quiz individualmente negar, em razão paralela de querer construir um futuro em que o passado (pelo menos o seu lado mais traumatizante) havia de ser enterrado, com total inconsciência e desconhecimento de que estas coisas não se passam bem assim.

Embora houvesse já, principalmente desde a guerra do Vietnam, o saber perfeito, quase um pré-saber científico, de todas as consequências que podem advir para os combatentes, como tal, a par das suas inevitáveis repercussões familiares e sociais, a verdade é que, mesmo após 25ABR74, muito pouco se fez face a uma situação cuja degradação representava bem a forma pouco digna e responsável como o ex-combatente, terminada a sua função de "carne para

canhão", tinha sido considerado, sendo hoje cada vez menos compreensível como é que então não foi constituída imediatamente uma comissão permanente para acompanhar todos esses homens, abrindo-lhes consultas quer nos hospitais militares quer nos civis, com equipas enquadradas por médicos que tivessem também cumprido serviço de campanha.

Mas falemos do presente, dado que "parece" haver vontade de alterar (embora já não possa ser mais do que remediar, tanto o atraso), tal estado de coisas. Uma primeira questão, que embora pareça mórbida é fundamental para um trabalho correcto: já se pensou (já devia estar a ser feito...) num estudo sobre quantos ex-combatentes já faleceram, as causas, as circunstâncias, as idades, etc., etc., para, fazendo as devidas análises e extrapolações, com a ajuda/solidariedade dos mortos se poder melhorar a qualidade/dignidade dos vivos? É que, ainda por cima, se fala em "gastar" (gastar?! não sei quantos milhões, em reformas, nos próximos vinte e tal anos (próximos? A partir de quando, já que, para além de outros pequenos "pormenores", parece que a Lei nem sequer foi ainda regulamentada?!). E acham mesmo que vamos viver (mesmo quererão alguns viver...) esses anos todos? Uma segunda questão: APRESSEM-SE! Se enquanto ainda jovens, com as generosidade e esperança próprias da idade, se julgava poder ultrapassar qualquer problema, a partir de agora, a maioria dos ex-combatentes a cair para os sessenta, a situação, agravada não só pela conjectura nacional mas também pela internacional (\*), vai piorar de forma alarmante,

sendo de prever um fim de vida difícil, mesmo dramático, para muitos deles.

Se em tempo de guerra, a solidariedade, na frente, entre os soldados, e entre estes e as suas famílias e amigos, na retaguarda, foi um dos mais fortes e exaltantes apoios recebidos, razão até de quantas sobrevivências, porque não recordar, reviver, essa mesma solidariedade, do mesmo modo como ela foi então vivida, de forma íntima, desligados de quaisquer manifestações, ligações ou grupos, de tal forma que seja uma jornada nacional de reflexão, não só quanto à situação dos ex-combatentes como também quanto à estultícia da guerra e da violência, em que cada um se limite a ficar em casa, em união próxima com os seus, mas sentindo a força de uma vontade e de um sentimento comuns (mesmo sem ir, por exemplo, ao restaurante, ao cinema ou às compras, para que todos possam participar)? E que não apareçam os que contrariem, invocando razões e valores vários -que maiores do que a dignidade humana?!- ou os que se alheiem, por receios e comodismo -eram permitidos perante os perigos de então?!-, muito menos os que se aproveitem, apelando a jogos de massas, aceitando-se apenas a divulgação da ideia, mas sem qualquer tipo de conotação. Por isso o sentido familiar (e em cada família quase de certeza que existe, ou existiu, pelo menos um ex-combatente) e amigável do acto. Ao exterior, e mesmo assim..., quanto muito a deposição de uma flor num monumento a combatentes ou numa campa, mas sempre em manifestação particular, deixando no conjunto e na percepção de todas elas, a demonstração da solidariedade comum.

Haverá que indicar um dia que tenha algum significado, mas que não possa ser relacionado com qualquer facto que o desvirtue. Em 8 de Maio de 1828 nasce Henry Dunant (Genebra, Suíça), tendo sido esse o dia escolhido como sendo o comemorativo do movimento humanitário inter-nacional que fundou, a Cruz Vermelha; em 8 de Maio de 1945 é o fim da 2ª Guerra Mundial (na Europa); 8 de Maio já foi designado Dia Mundial da Paz.

Seja, portanto, 8 de Maio de 2003, a data da solidariedade nacional dos e para os ex-combatentes, também famílias e amigos, já que não foram só aqueles que sofreram (e sofrem)!

E se Pátria não é mais do que a conjugação de Poder e de Povo, interligação de quem decide e de quem cumpre, para que se consiga uma decisão, real e definitiva, quanto à situação e à dignidade dos tão sempre chamados "filhos mais queridos", estes haverão de dar efectivo e geral cumprimento a esta sua jornada de solidariedade. Se tal não se verificar, se calhar, afinal, a Pátria já não existe! •

*José Vasconcelos*

(\*) para os que não sabem, ou nunca pensaram nisso, os ex-combatentes são talvez os que mais sentem, e sofrem, com as guerras ou as suas ameaças (os permanentes apelos e propostas saídos das reuniões da FMAC-Federação Mundial de Antigos Combatentes são bem uma prova disso), porque têm a consciência do quanto inúteis elas são, da violência estúpida e desumana que provocam (e que eles directamente viveram), para além de em grande parte sentirem que foram imolados à intransigência e à incapacidade de políticos que das virtudes que apregoam para chamar, os outros, ao sacrifício e ao dever, não acolhem mas apenas recolhem.

## Escrevem os Associados

### Excepção ao regime das aposentações

Sobre o regime das aposentações divulgou o Público, em sete de Novembro/02 na página oito, que o Senhor Ministro da Defesa asseverou, no dia anterior na Assembleia da República, que tanto os militares de carreira como os ex-combatentes não seriam afectados com as medidas previstas no próximo Orçamento e que a excepção já estava acertada com a própria secretária de Estado da Administração Pública.

Aduziu que não estava previsto o cabimento orçamental para fazer face ao pagamento das pensões aos ex-combatentes, pois que isso vai ser feito durante 2003, tendo lembrado que na altura da apresentação do Orçamento decorria ainda o processo de recenseamento.

Esta notícia, pela seu significado, reveste-se da maior importância para os interessados.

Razão porque rogo ao Senhor Director do ELO o obséquio de promover averiguações, sobre o assunto, por forma a trazer, com oportunidade, a estas páginas os pertinentes esclarecimentos. •

*João Santa Rosa*

### Parabéns

Conforme já anunciado, vai dentro de dias

comemorar-se mais um aniversário do ELO, pelo que, como de costume, venho apresentar os meus parabéns a todos quantos contribuem para que o nosso jornal continue vivo e de boa saúde e desejando-lhe longos anos de vida no reforço do elo que mantenha cada vez mais unida a família ADFA. Pela leitura atenta de alguns artigos-cartas publicadas no ELO, dá a impressão que há associados que julgam que todos os DFA do Q.P. foram abrangidos pelo Dec. 134/97, o que não é verdade, pois que há vários DFA que embora estejam há muito tempo graduados em diversos postos, não foram contemplados por aquele decreto precisamente por terem cometido o "crime" de optarem pela continuação no serviço activo e terem trabalhado tempo demais e sofrido os respectivos descontos para a reforma, trabalho e descontos esses que de nada lhe aproveitam, pois que entre todos os DFA são precisamente estes os únicos que não podem acumular a indemnização pelas deficiências sofridas com a pensão de reforma para a qual descontaram.

Este problema foi já várias vezes posto por escrito e algumas até pessoalmente a dirigentes da ADFA que nunca se interessaram em resolvê-lo e nem sequer mencioná-lo no rol das suas preocupações. Eles lá saberão ou não porquê embora se possa presumir.

Ora, como está escrito no ELO de Junho/2002, em almoço comemorativo dos 28 anos da ADFA e na presença do Sr. Ministro da Defesa Nacional, referindo-se às ambicionadas mas demoradas e duvidosas promoções ao abrigo de um novo ou recauchutado Dec. 134/97, o Sr. Presidente da DN da ADFA, talvez prevendo que "a coisa está preta", terá proferido: - "Promovam-nos todos ou não promovam ninguém".

Pois bem, para que possamos concordar com este ponto de vista e pelo mesmo critério e conceito de justiça e igualdade de tratamento para todos os DFA, aguardamos que, em circunstâncias idênticas e na presença das mesmas ou iguais altas entidades, os nossos dirigentes associativos tenham a coerência e a coragem de proclamar bem alto: - "Ucumulação de indemnização e pensão ou todos ou nenhum".

Embora estejamos ainda um pouco longe do Natal, mas como dentro de dias começarão na ADFA as respectivas festas comemorativas, desejo que todas corram pelo melhor e aproveite já a oportunidade para apresentar a todos os associados e trabalhadores da ADFA e suas famílias os meus sinceros votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo. •

*José Monteiro Palos*

### Associados falecidos

*Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências*

#### Américo Azelha Oliveira

Associado n.º 3557  
54 anos  
Faleceu no dia  
02/12/02



Residia em Ervedal, Quaios, Figueira da Foz. Deixa viúva Gracinda Maria Pinto Salgueiro. Serviu em Angola, no Batalhão de Caçadores 2891.

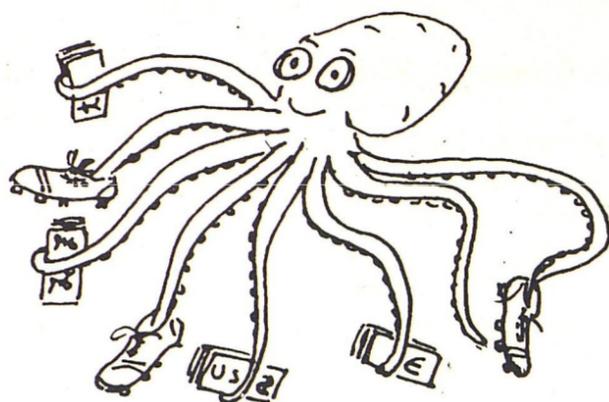
#### João Afonso Mação

Associado n.º 1552  
54 anos  
Faleceu no dia  
01/07/02



Residia na freguesia de Vale de Prazeres, Fundão. Deixa viúva Maria Rodrigues Nogueira.

## ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



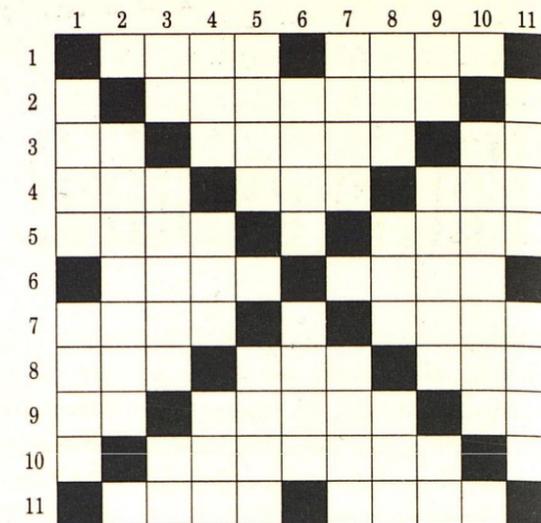
NOME CIENTÍFICO:

OCTOPUS VULGARIS

NOME VULGAR:

POLVO DE ÁGUAS TURVAS

TEM OITO MÃOS, E METE-AS  
EM TODO O LADO



**HORIZONTAIS**

1 - Superfície; enseada 2 - Ferro que segura o navio (pl.). 3 - Antes de Cristo; liga palanque; atmosfera. 4 - Muito; época; patrão. 5 - Guindaste; zanga-se. 6 - Grande dama; aroma. 7 - Rio; mar interior. 8 - Adoro; aqui está; somei. 9 - Base; vela da proa; Antes do meio dia. 10 - Pequena âncora. 11 - Lustre; combina.

**VERTICAIS**

1 - Sargento (abrv.); batráquio. 2 - Conjunto de cabos dum navio. 3 - Batráquio; barulho; nota musical. 4 - Interjeição; parente; progenitora (inv.). 5 - Doença de pele; permanece. 6 - Recipiente de pele; refira. 7 - Pão de milho; peça de vestuário. 8 - Rio da Suíça; nome de mulher; números romanos. 9 - Vogal plural; fruto silvestre; interjeição de dor. 10 - Borda de um navio. 11 - Frente; ferramenta.

**SOLUÇÕES  
HORIZONTAIS**

1 - Área; baía. 2 - âncoras. 3 - AC; andor; ar. 4 - Kor; era; amo. 5 - Grua; amua. 6 - Diva; odor. 7 - Sado; Aral. 8 - Armo; eis; adi. 9 - Pé; está; AM. 10 - Fátexa. 11 - fama; alia.

**VERTICAIS**

1 - Sarg; sapo. 2 - Cordame. 3 - Ra; ruído; fá. 4 - Enal; Avó; eam. 5 - Acne; está. 6 - Ode; cite. 7 - Broa; saia. 8 - Aar; Ada; IXL. 9 - Is; amora; al. 10 - Amurada. 11 - Proa; lima.

## VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Lupo</b>		
1.0 Confortline AC	11.635,25	18.738,32
1.0 2001 AC	9.448,31	13.383,44
1.2 TDI 3 litros	11.295,21	16.383,22
1.4 Highline Automático	11.725,87	18.529,71
1.4 Conceptline	10.424,39	17.297,40
<b>Polo</b>		
1.2 Conceptline 3p	9.099,43	13.799,48
1.2 Conceptline 5p AC	10.832,50	15.861,83
1.4 Highline 5p AC	12.411,39	19.345,48
1.4 Highline Autom. 5p AC	13.577,05	20.732,62
1.4 Confortline TDI 5p	13.141,62	20.530,90
1.4 TDI Highline 5p	15.622,19	28.170,12
<b>Golf</b>		
1.4 Conceptline 5p	12.359,28	19.461,97
1.4 Conceptline 5p JE/AC	14.971,45	22.570,45
1.9 Confort. TDI 100cv 5p	14.831,67	27.407,90
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	16.210,42	29.048,61
1.9 TDI 100 cv "Generation"	17.459,17	30.534,62
1.9 TDI Generation 5p 130 cv	18.528,83	31.926,52
1.9 TDI Motion 5p 130 cv	19.863,00	33.514,18
1.9 TDI Tiptronic 5p 130 cv	19.616,56	33.220,92
1.9 TDI 150 cv 5p EC	23.390,95	37.831,44
<b>Golf Variant</b>		
1.4 Confortline JE/AC	15.506,07	23.206,65
1.9 TDI 100 cv AC	16.265,21	29.113,81
1.9 TDI 100 cv cx. Aut. AC	17.643,85	30.754,39
1.9 TDI 130 cv Spot Gen.	19.000,00	32.368,21
1.9 TDI 130 cv Autom.	20.086,53	33.661,18
<b>Bora</b>		
1.6 105 cv	16.998,82	27.039,92
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.241,62	32.655,74
1.9 TDI 100 cv	17.896,69	31.055,27
1.9 TDI 130 cv	20.329,30	33.950,08
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.392,00	35.214,69
1.9 TDI 150 cv	22.487,16	36.517,93
<b>Passat</b>		
1.6 102 cv	18.569,38	28.998,22
1.9 TDI 100 cv	19.116,34	32.625,66
1.9 TDI 130 cv	20.969,51	34.830,93
1.9 TDI 130 cv	24.543,49	39.083,97
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	22.453,05	36.596,34
2.5 TDI 150 cv	26.693,87	47.576,26
<b>Passat Variant</b>		
1.6 105 cv	19.764,45	30.420,35
1.9 TDI 100 cv	20.310,16	34.046,30
1.9 TDI 130 cv	22.164,59	36.253,07
1.9 TDI 130 cv	25.875,93	40.669,57
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	23.648,12	38.018,48
2.5 TDI 150 cv	28.234,85	49.410,02
<b>Sharon</b>		
1.9 TDI 115 cv	25.430,95	36.420,95
<b>Caddy</b>		
1.9 SDI 64 cv	9.169,19	11.456,16
1.9 TDI 90 cv	11.366,62	14.071,11
<b>Golf Van</b>		
1.9 TDI 110 cv	14.396,42	21.411,51
1.9 TDI 110 cv S	16.211,75	23.571,76

AUDI A2		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
1.4 75 cv	16.094,46	23.726,91
1.4 TDI 75 cv	16.999,48	25.120,33
<b>Audi A3</b>		
1.6 ATT 3P 102 cv	17.630,25	27.700,41
1.6 SI 5P 102 cv	19.861,00	30.355,01
1.9 TDI 3P 130 cv Att.	20.222,94	33.762,30
1.9 TDI 5P 130 cv SP	22.881,06	36.925,46
1.9 TDI 100 cv 3P	18.778,49	32.043,40
1.9 TDI 100 cv 5P	19.308,41	32.674,01
<b>Audi A4</b>		
1.6 102 cv	21.600,10	32.483,92
1.8 150 cv	25.592,90	39.074,68
1.9 TDI 130 cx 5	23.799,65	38.077,94
1.9 TDI 130 cx 6	24.175,29	38.524,95
2.5 TDI 155 cv	28.223,90	49.276,14
<b>Audi A4 Avant</b>		
1.6 102 cv	22.711,21	33.806,14
1.9 TDI 130 cx 5	24.910,76	39.400,16
1.9 TDI 130 cx 6	25.286,40	39.847,17
2.5 TDI 130 cv	29.335,01	50.598,36
<b>Audi A6</b>		
1.8 150 cv	30.340,55	44.843,10
1.9 TDI 130 cv	30.624,00	46.317,63
2.5 TDI 155 cv	32.937,36	55.003,87
<b>Audi A6 Avant</b>		
1.8 150 cv	31.964,48	46.775,28
1.9 TDI 130 cv	32.247,93	48.250,11
2.5 TDI 155 cv	34.561,30	56.936,36
<b>FIAT</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Seicento</b>		
1.1 S	5.498,00	8.947,90
1.1 SX	6.250,00	9.842,78
1.1 Sport	6.541,00	10.189,07
<b>Punto</b>		
1.2 3p	7.130,00	11.449,65
1.2 Dynamic 5p	8.160,75	12.676,28
1.2 Dynamic Speedgear 5p	10.396,22	15.336,48
1.2 Sport 3p	9.522,73	14.297,02
1.9 JTD Dynamic 5p	11.349,42	23.034,01
1.9 JTD Sport 3p	11.485,97	23.196,50
1.9 Punto VAW DS	8.476,37	14.174,07
1.9 Punto JTD Van ELX	9.968,50	15.949,71
<b>Stilo</b>		
1.2 Active Sport 3p	12.240,50	17.531,18
1.9 JTD Dynamic 5p	14.394,73	26.657,93
1.9 JTD Dynamic 3p	14.181,06	26.403,66
1.9 JTD Active 5p	14.266,62	26.505,47
<b>Palio</b>		
1.2 Weekend 8 V	9.788,00	14.612,70
1.2 Weekend 16 V	11.320,00	16.435,78
1.9 DobloDs	9.865,94	21.268,67
<b>Multipla</b>		
1.5 100 ELX	15.040,00	24.320,68
1.9 JTD ELX	16.650,00	29.341,70

LANCIA		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Marea / Weekend</b>		
1.6 100 ELX	12.532,69	21.336,99
1.9 JTD SX	13.317,91	25.376,51
1.9 JTD HLX	15.194,98	27.610,22
<b>Y</b>		
1.2 Caprice	8.260,34	12.794,78
1.2 LS	9.176,93	13.885,53
<b>Libra</b>		
1.5 16V LS	16.776,91	26.387,61
1.9 JTD LS	17.752,92	30.654,17
1.9 JTD LX	20.097,69	33.444,45
2.4 JTD LX	21.569,94	39.913,43
1.9 JTD LX SW	21.248,77	34.814,23
1.9 JTD LS SW	18.903,99	32.023,95
<b>RENAULT</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Twingo</b>		
Expression 1.2	7.122,91	10.854,57
Privilege 1.2	7.550,26	11.354,57
<b>Clio</b>		
Expression 1.2, 3p	8.268,21	12.194,57
Dynamique 1.4, 3p	10.243,39	16.284,57
Expression 1.2, 5p	8.610,09	12.594,57
Privilege 1.4, 5p	10.747,67	16.874,57
Expression 1.5 DCI	10.661,93	17.464,58
<b>Megane</b>		
Expression 1.4 5p	13.021,17	19.562,14
Dynamique 1.6 cx. Aut.	14.275,60	23.052,15
Authentique 1.9 DCI	12.519,55	23.642,14
Expression 1.9 DCI	13.801,60	25.142,14
<b>Megane/ Break</b>		
Expression 1.4 16v	13.465,62	20.082,14
Dynamique 1.6 cx. Aut.	14.720,04	23.572,14
Authentique 1.9 DCI	12.964,00	24.162,14
Expression 1.9 DCI	14.246,05	25.662,15
<b>Megane Classic</b>		
Expression 1.4	13.243,39	19.822,14
Authentique 1.9 DCI	12.741,77	23.902,14
Expression 1.9 DCI	14.023,83	25.402,14
<b>Megane Societé</b>		
Authentique 1.9 DTI	11.892,22	17.782,14
Authentique 1.9 DCI	12.789,66	18.842,15
<b>Megane Scenic</b>		
1.4 16 V	12.645,10	19.122,14
Expression 1.9 DCI	15.493,91	27.122,14
Dynamique 1.9 DTI	16.237,50	27.992,14
<b>Laguna</b>		
Expression 1.6	16.096,11	25.182,14
Dynamique 1.9 DCI	18.946,90	31.162,14
Privilege 1.9 DCI	19.801,60	32.162,14

LAGUNA BREAK		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Expression 1.6 16 v	17.079,02	26.332,14
Expression 1.9 DCI	18.716,13	30.892,14
Dynamique 1.9 DCI	19.929,81	32.312,15
<b>Kangoo</b>		
1.2	9.319,49	13.470,53
Spring 1.5 dci	10.926,89	17.820,53
Expression 1.9 DTI	10.767,42	21.610,52
<b>Kangoo Expresso</b>		
Confort 1.2	8.094,02	9.970,52
Confort 1.9 D,SS	9.128,21	11.180,52
Grand Confort 1.9 D,SS	9.589,74	11.720,52
<b>OPEL</b>		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Agila</b>		
1.0 5p Confort	7.162,70	10.500,25
1.2 Elegance 5p	7.772,81	12.170,26
<b>Corsa</b>		
1.0 3p	8.263,54	11.810,25
1.2 16V 5p cx. Easytronic	9.529,11	13.510,25
1.2 Confort 5p	9.100,54	13.750,26
1.7 DTI 5p	9.774,73	19.080,26
1.7 DTI 5p Confort	10.476,41	19.915,26
1.7 DTI 5p Elegance	11.837,75	21.535,25
<b>Astra</b>		
1.4 Club 5p	12.423,47	19.295,26
1.4 Club 4p	12.591,54	19.495,26
1.7 Club 4p DTI	13.476,41	23.485,26
1.7 Club 5p DTI	13.304,14	23.280,26
1.7 DTI 5p Elegance	14.888,17	25.165,25
2.0 DTI 5p Sport	14.950,64	28.295,26
<b>Astra Caravan</b>		
1.7 DTI Club	13.774,73	23.840,26
1.7 DTI Elegance	15.354,56	25.720,26
2.0 DTI Sport	15.421,22	28.855,25
1.4 Club	12.894,06	19.855,26
1.4 Elegance	14.709,18	22.015,25
1.4 Sport	14.545,32	21.820,26
<b>Vectra</b>		
1.6 Confort	15.930,38	25.535,26
2.0 DTI 4p Confort	16.480,05	30.115,26
2.2 DTI 4p Elegance	17.889,93	33.543,36
<b>Zafira</b>		
1.6 Confort	15.640,46	25.190,26
2.0 DTI Confort	15.832,99	29.345,26
2.2 DTI Elegance	19.967,16	36.015,26
<b>Fiantua</b>		
2.2 DTI Sport	23.719,17	40.470,26
2.2 DTI Limited	25.328,41	42.385,26
<b>Omega</b>		
2.2 DTI Elegance	25.370,52	42.445,26
<b>Omega Caravan</b>		
2.2 DTI Caravan	26.219,26	43.455,26
<b>Astra Cx. Automática</b>		
2.0 DI 5p Club	13.685,93	26.790,26
2.0 DI 5p Elegance	15.505,26	28.955,26
2.0 DI Caravan	14.148,11	27.340,25
2.0 DI Caravan Elegance	15.967,44	29.505,25

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes e Honda**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153

2003: Ano Europeu da Pessoa Com Deficiência. Porquê?

Os cidadãos com deficiência representam na União Europeia uma população de aproximadamente 38 milhões de pessoas, calculando-se que em Portugal vivam cerca de um milhão de cidadãos com algum tipo de deficiência (valores apurados pelo projecto Quanti do SNRIPD entre 1993/95 e consistentes com os dados da OMS).

Recentemente, foram publicados os resultados do censo nacional à população portuguesa efectuado em 2001, que revelou um número significativamente inferior ao apurado pelo projecto Quanti: o número de pessoas com deficiência recenseadas em 12 de Março de 2001 cifrou-se em 634.408, representando 6,1 por cento da população residente. No entanto, a fiabilidade destes resultados já foi posta em causa, porque, como o próprio INE (Instituto Nacional de Estatística) adverte "as respostas sobre a deficiência e grau de incapacidade obtidas nos Censos 2001 resultam sobretudo da autoavaliação de cada respondente em relação aos tipos de deficiência inscritos nos respectivos questionários. Mesmo nas situações em que as respostas dos questionários foram preenchidas pelos recenseadores na sequência de entrevista directa e não de autopreenchimento dos questionários pelos respondentes, a resposta baseia-se na autopercepção que cada pessoa tinha em relação às suas características individuais ou dos membros da família em relação aos quais estava a prestar informações", havendo, portanto, presumimos nós, a possibilidade séria de muitos cidadãos deficientes ou suas famílias não terem preenchido ou respondido às questões relacionadas com a sua situação de deficiência, já que em Portugal ainda há algum "pudor" em aceitar essa realidade, sobretudo quando ela mora em nossa casa.

A etiologia das deficiências em Portugal, não é significativamente diferente da dos restantes países europeus, havendo algumas variações nas taxas de incidência, mormente, no que ao nosso país diz respeito, um agravamento naquelas que têm origem em acidentes de viação e acidentes de trabalho. Persiste uma significativa taxa de deficientes militares, resultado das frentes de batalha que Portugal manteve em África ao longo dos anos 60 até meados da década de 70.

Seria interessante verificar o modo como ao longo dos tempos a sociedade tem lidado com a deficiência, já que muito do preconceito relativo à deficiência que ainda hoje subsiste mergulha raízes em crenças e superstições de antanho. Não cabendo porém neste espaço mais que o enquadramento mínimo da realidade que

estamos a tratar, talvez se possa afirmar que a sociedade tem encarado a deficiência, pelo menos no que respeita a épocas mais recentes, nas seguintes perspectivas: (A) perspectiva proteccionista ou assistencialista - predominante até à década de 60, caracterizada por uma atitude de prestação de serviços de apoio ao deficiente. As políticas de protecção social geradas no âmbito desta perspectiva, têm por base a incapacidade do sujeito, a quem, conseqüentemente, importa proteger, dada a sua fragilidade. Protege-se o deficiente da sociedade e simultaneamente a sociedade do deficiente, que tem dificuldade em dar outras respostas para além das "instituições totais", que agrupavam os indivíduos (sobretudo as deficiências mais severas), em estabelecimentos de ensino especial e unidades de emprego protegido; (B) perspectiva da integração ou da preparação do deficiente - surge nos finais dos anos 60, início da década de 70, coincidindo em Portugal com o aparecimento dos deficientes militares oriundos das guerras coloniais. Nesta perspectiva, ao cidadão deficiente é reconhecido o direito a estar na sociedade, são incrementadas políticas de integração escolar e laboral, mas exige-se ao deficiente que se adapte aos padrões de normalidade vigentes na sociedade. Enfim, o cidadão deficiente é aceite como integrante da sociedade, mas cabe-lhe principalmente a ele o ónus da adaptação, por outras palavras, o esforço de superação da diferença; (C) perspectiva da inclusão - trata-se da abordagem mais recente, não apenas da problemática da deficiência, mas de todos os grupos susceptíveis de maior risco de exclusão social. Nesta perspectiva, a sociedade reconhece o direito à integração social dos deficientes, mas para além disso, reconhece que lhe compete a ela (sociedade) criar as condições indispensáveis à plena participação de todos os seus membros, independentemente das suas diferenças.

Estreitamente relacionado com as perspectivas acima referidas, está o entendimento acerca do processo de reabilitação. O processo de reabilitação começou por assentar no modelo médico, que via na deficiência uma limitação funcional, um problema do indivíduo, sem atentar que é o meio envolvente (físico e social) que impõe as limitações. O modelo social, permitiu perceber que os cidadãos deficientes lidam fundamentalmente com limitações que lhes são extrínsecas.

Sendo assim, a resposta à pergunta inicial passa, em nossa opinião, pelos seguintes dados: em primeiro lugar, porque somos muitos (38 milhões no espaço da União) e não é só de agora que a pressão dos números favorece a decisão política; em segundo lugar, porque apesar de vivermos na Europa, chão da liberdade, da

fraternidade e da igualdade, à generalidade das pessoas com deficiência não lhes é reconhecida mais que uma cidadania bastarda, sempre aquém no acesso às oportunidades de participação; em terceiro lugar porque, talvez, quem sabe, seja indispensável um acto formal, uma data e um nome oficial, para, de uma vez por todas, surgir um genuíno empenho político na construção da sociedade inclusiva, tarefa que afinal deveria ser de todos os dias e de todos os anos.

José Adelino Guerra

Tem a palavra o presidente da Direcção Nacional

Senhor presidente, a ADFA parece um barco a navegar em águas muito baixas, podendo a qualquer momento encalhar.

A Delegação de Viseu, e em especial o seu presidente, têm sido acusados de ingerência e de criar instabilidade na área adstrita a outras Delegações, o que não corresponde à verdade. A Direcção Nacional sabe e quem conhece Viseu e o seu presidente sabe que assim é!

Viseu preocupa-se com o seu bem estar e era mau que assim não fosse, bem como do bem estar da ADFA no seu todo nacional. Tem tido e vai continuar a ter junto dos órgãos competentes um poder interventivo, caso contrário não fazia sentido participar nas reuniões de cariz, nacional e até fazer parte do conselho nacional da ADFA.

Para a área legislativa, DL 134/97 e toda a legislação, foi nomeada pelo Conselho Nacional uma comissão que é, tanto quanto sei, o órgão responsável que nomeia e suspende as comissões representativas da ADFA, defensoras dos direitos dos ex-combatentes deficientes militares das Forças Armadas de Portugal. Não faz sentido e é anti-estatutário existirem outras comissões, sem serem nomeadas por este prestigiado Órgão Nacional da ADFA. Portanto, tudo que possa surgir fora deste âmbito é da responsabilidade das delegações, se na área adstrita a estas ou da Direcção Nacional, se esta o entender, o que me parece não ser uma coisa nem outra. Mais, as comissões trabalham para ajudar o Conselho e a Direcção Nacional, quando querem fazer intervenções públicas dão a conhecer à Direcção Nacional porque é esta que representa a ADFA. Assim é que é, assim é que tem que ser!

Quem está a defender uma classe está a prestar um mau serviço aos ex-combatentes deficientes militares das Forças Armadas de Portugal. Como foi referido no ELO anterior, em vez de promover os DFA ao posto a que têm direito, está a despromove-los, veja-se as declarações produzidas à Imprensa. Aqui não há classes, há sim Soldados, Cabos, Furriéis,

Sargentos e Oficiais, cujo objectivo é igual, nos direitos e nos deveres do DL 134/97, ou qualquer outro projecto legislativo. E porquê? Todos estiveram ao serviço de Portugal e deram o melhor das suas vidas em defesa da Pátria e é justo que a Lei mandada fazer pelo ex-ministro, António Vitorino, só para alguns, abranja todos os DFA. Senhor presidente, podia aqui fazer referência a tanta injustiça que graça no seio da família deficiente militar. Mas permita-me que lhe peça que faça com que o governo aprove todo o exposto da carta aberta apresentada a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e a existir uma comissão, esta que represente todos os ex-combatentes, deficientes das Forças Armadas e porquê?

A comissão, não só dentro, como fora da ADFA, deixou com a sua forma de actuar, outras associações envolver-se e acusar a ADFA de "inimigo número um", conotando-a de "demónio", veja-se as afirmações produzidas por uma associação, em que afirma que em nome dos ex-combatentes até são capazes de dialogar com o "diabo", como que a ADFA seja o inimigo a abater.

A ADFA não pode estar com associações que estão constantemente a servir mal os ex-combatentes, fazendo-lhe promessas sem nexos, prometendo-lhes reformas fantasmas, isenção do imposto e compra de automóvel, isenção de propinas para os netos até segunda geração, etc. A contagem de tempo de tropa para efeito de aposentação/reforma é um direito dos ex-combatentes, incluindo os ex-combatentes DFA da Função Pública e outros.

Senhor presidente, não pode V. Ex.ª esquecer que antes de sermos pessoas deficientes fomos primeiro combatentes e por isso nos sentimos no legítimo direito de junto do universo dos ex-combatentes, dar o nosso contributo por um movimento de combatentes credível, digno da história de Portugal no caminho da dignificação do ex-combatente. É esta que tem, que ser a postura da ADFA, na defesa dos reais interesses dos ex-combatentes e ex-combatentes deficientes das Forças Armadas e nunca pactos com quem intitula a ADFA e com isso todos os ex-combatentes deficientes de "diabos", que como se sabe, em termos bíblicos é uma figura detestável!

Voltando atrás, a ADFA foi maltratada, por altura do 27º aniversário nacional da ADFA, em Viseu, por malfetores associados, os mesmos que mexeram nos ficheiros da ADFA, transformaram a sua Delegação, criando um sistema onde os seus associados não se revêm. Enquanto dirigente associativo, onde tocava, tudo estragava, a sua governação foi um desastre, trazendo graves prejuízos à ADFA. Hoje, continua a estragar tudo onde toca, nada fez e nada faz para unir a família ADFA, talvez porque não sabe o significado do conceito família, não sabe o que é ser solidário. Pessoas como esta não podem estar na ADFA.

Senhor presidente, quero expressar a V. Ex.ª, que nada me move contra qualquer associado, apenas não posso concordar com a actuação de alguns na área associativa, por lesarem a ADFA, o seu património.

Com sabedoria, queremos uma ADFA cada vez mais forte unida e solidária ao serviço de todos e não só de alguns. Compreende-se que cada um escolha o caminho que melhor entender sem atropelos, sem lesar os direitos dos outros. É preciso saber escolher o caminho certo de forma a que o edifício ADFA seja continuado sempre com elevação. Compete à Direcção Nacional actuar com a autoridade que lhe é devida pelo direito à plena cidadania, porque somos cidadãos deficientes.

João Gonçalves

Manuel Botelho de Melo, deficiente das Forças Armadas, deseja encontrar uma senhora honesta e sincera, para fins de matrimónio. Que saiba amar e goste de ser amada. Morador no Lumiar.

Telefone: 918112509

Protocolo ADFA/CASIFONE

A ADFA negociou com a Optimus condições especiais e exclusivas para os seus associados:

- 10€ desconto s/PVP
Oferta de 25€ em chamadas, em adicional à oferta standard
10 x 2,5€ nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualquer Boomerang, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

Para mais informações contacte: Casifone - Rosa Jacinto Tel:214358550/937910678

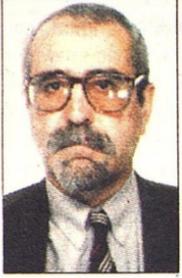


Nokia 3410

Novo tarifário MEGA TOTAL A qualquer dia, a qualquer hora, para qualquer rede sempre a 0,20€

Preço loja: 149.90€
Preço Especial ADFA: 139,90
+ oferta bolsa silicone





Nuno Santa Clara

## O nosso Finley

Há já muitos anos, no tempo em que dedicava ao cinema, vi um bom filme americano - que os há - chamado, salvo erro, "Sweet bird of youth". Nem me lembro que título lhe deram em português, mas dele guardei uma imagem muito forte.

A acção passava-se numa cidade do Sul dos Estados Unidos, onde um chefe local controlava toda a política. E o curioso é que tinha uns modos e métodos repelentes, sem que tal lhe diminuísse os votos. E a tal imagem é colhida num comício: o nosso cacique entra no palco, tira o casaco, estala os suspensórios, toma uma atitude boçal, arreganha os dentes e a voz off de um locutor diz, mais ou menos, isto:

- É o que nós gostamos; o nosso Finley!

Delírio na multidão, e reeleição garantida.

Recorrentemente, esta imagem regressa à minha mente, quando vejo atitudes algo semelhantes. O "nosso" A ou B pode ser comprovadamente desonesto, corrupto, incompetente. Mas o instinto gregário sobrepõe-se ao espírito crítico, o milagre reproduz-se: eis os conterrâneos, os correligionários, a massa associativa, a manifestar-se ruidosamente: A, ou B, é "nosso"!

Nem se trata de solidariedade compreensível, ou de aceitação de um mal menor. É uma devoção para além do entendimento, e que, como todas devoções, só passa com a perda da fé. Exemplos máximos são os cultos de personalidade que marcaram o século XX, com Hitler, Staline ou Mussolini.

Mas, perdida a fé, perdida a guerra ou o campeonato, o que resta na alma dos antigos apoiantes? Normalmente um misto de despeito e de vergonha, por terem sido usados e por terem colaborado, ainda por cima de bom grado...

Finleys há muitos, em potência ou em funções - nas mais variadas funções. Sejamos adultos, ainda que isso custe, porque assim evitaremos a proliferação da espécie - e uma tardia relutância em olhar para o espelho... \*

# ELO

Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa  
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610  
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



## Apresentação dos resultados do primeiro estudo Perturbação do stress pós-traumático

FARINHO LOPES



O Hospital Júlio de Matos acolheu a apresentação dos resultados do primeiro estudo efectuado pelo psiquiatra Afonso de Albuquerque sobre a prevalência de perturbação do stress pós-traumático na população adulta portuguesa, no dia 27 de Novembro.

"Este estudo constitui um exemplo muito conseguido de trabalho conjunto de quem tem interesse em fazer investigação na carreira hospitalar", considerou Afonso de Albuquerque, que acrescentou que "com os veteranos veio o novo conhecimento nesta área, que depressa se estendeu a outras vertentes (bombeiros, por exemplo)".

O psiquiatra lembra que a sociedade portuguesa está particularmente interessada nesta área, pelo que "nos pareceu urgente fazer este estudo".

A professora Catarina Soares informou que o estudo teve como base uma amostra representativa da população portuguesa, com 2500 indivíduos divididos por áreas de densidade demográfica.

Foram 1750 as entrevistas realizadas em escolas básicas e secundárias, corporações de bombeiros, câmaras municipais e outras

instituições e 750 as entrevistas de rua, sendo utilizada a Escala Abreviada de Breslau (1999).

Catarina Soares realçou que o nível de recusa foi relativamente elevado nas entrevistas de rua, explicando a lista de situações traumáticas e os sintomas que lhes estão associados.

Os objectivos do estudo prendem-se com a avaliação da prevalência da PTSD na população adulta portuguesa e com a quantificação e caracterização das situações traumáticas identificadas, como causa potencial da doença. A avaliação da prevalência da PTSD em ex-combatentes da guerra colonial portuguesa também foi outro dos objectivos, sendo apurados 10,9 por cento dos indivíduos que adquiriram PTSD em combate.

Nas conclusões, Afonso de Albuquerque realçou que a prevalência durante a vida de PTSD global na população adulta portuguesa foi de 7,87 por cento, o que numa extrapolação para a população com idade superior ou igual a 18 anos, se traduz em 653.945 casos. A prevalência durante a vida de PTSD na população exposta ao combate foi de 0,8 por cento da amostra total e de 10,9 por cento relativamente aos indivíduos expostos, o que na extrapolação corresponde a 66.475 casos.

Afonso de Albuquerque referiu ainda que "as situações que induziram maior proporção de PTSD foram a violação, o abuso sexual antes dos 18 anos, a morte violenta de familiar ou amigo e o combate".

RV

## Conceito Estratégico de Defesa Nacional ADFA participa no debate

No âmbito da discussão pública do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cujas Bases se encontram expressas na brochura difundida pelo MDN da qual foram entregues exemplares às delegações, a DN, acolhidas sugestões entretanto chegadas, decidiu remeter, em tempo útil, ao ministro de estado e da Defesa Nacional a posição da ADFA relativamente a tal matéria, num ofício que se publica na íntegra.

A Direcção Nacional da ADFA atentou na leitura da proposta de base para um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, e dela extraiu as considerações seguintes:

1 - O mencionado "Conceito" afigura-se-nos ter uma abrangência mais lata, do que a que exhibe aquela proposta base posta à discussão pública;

2 - Na realidade, áreas existem, dentro das prioridades de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que se não vêem abordadas na brochura colocada a circular, e que têm que ver com a identidade nacional, nos campos da língua, tradição e cultura, características multi-étnicas, espaço físico e geográfico, especificidades da vida comum no que se refere à tradição económica, produtiva e relacional, entre outras envolventes, enfim, tudo o que nos caracteriza e individualiza, como Povo e Nação;

3 - Não quer, contudo, esta Associação encetar tais abordagens que, podendo caber-lhe como organização cívica e social, vão para além do âmbito da proposta apresentada e da matéria primordial da intervenção desta instituição;

4 - Focando, porém, a nossa atenção nas balizas em discussão, e que incidem sobre os problemas da segurança, soberania e manutenção da integridade territorial, não pretendemos opinar sobre a visão estratégica de tais conceitos, não podendo, todavia, ficar indiferentes ao que o documento evidencia de positivo, no que se refere ao desenvolvimento do prestígio das nossas Forças Armadas e dos seus militares, tal como à dignificação dos antigos combatentes;

5 - Pensamos assim que na 21.ª Base da brochura aludida, a seguir à referência "dignificação dos antigos combatentes", deveria seguir-se-lhe, em termos de justa especificação, "a reabilitação e reintegração profissional dos Deficientes das Forças Armadas, bem como a reparação moral e material deles, de suas famílias e das daqueles que tombaram ao serviço da Pátria".

Acreditando na sensibilidade de V. Exa. para a inclusão clara no Conceito Estratégico de Defesa Nacional daqueles que deram, dão e darão o melhor de si, até o sacrifício da própria vida, ao serviço das exigências da Pátria, ontem, hoje e amanhã, apresento-lhe os meus mais sinceros e respeitosos cumprimentos. \*

O presidente da Direcção Nacional  
Cândido Manuel Patuleia Mendes



### RENAULT



- » O salão de exposições é gigante: 2500 m<sup>2</sup>.
- » O horário de atendimento é enorme.  
8h - 20h durante a semana  
9h - 19h ao fins-de-semana
- » O horário da oficina é igualmente grande.  
8h - 24h durante a semana  
8h - 18h ao sábado
- » No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- » O serviço de assistência e desmanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



### RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA  
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91  
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA